

Clipping

De 06 a 09.09.2008

Ranking põe universidades gaúchas no topo.....	4
Dois centros universitários do RS também estão na ponta.....	4
Rosane de Oliveira - Mudanças confirmadas	5
IPIRANGA: SOLUÇÃO EM NOVEMBRO	5
Bancários reivindicam segurança	5
Estudo vê falta de "trabalho decente" no país	5
Impasse continua no setor de autopeças	6
Mínimo e emprego formal abrem rombo no FAT, diz TCU	7
Trabalhadora ganha indenização na Justiça por ter sido discriminada.....	9
Economistas vêem enterro do neoliberalismo	9
Estatização ou desprivatização?	11
O enterro do neoliberalismo. 'O pior não passou', avisa Greenspan	12
Governo federal investiga repressão a movimentos sociais no RS	12
Metalúrgicos rejeitam proposta de 11% oferecida pela Volks no Paraná	13
Metalúrgico estimula bancário a obter reajuste real elevado	13
A militância e as eleições: do entusiasmo ao desencanto.....	14
Brasileiro já pagou mais de R\$ 700 bilhões em impostos em 2008.....	18
Trabalho veta uso do FGTS para pagar previdência privada	18
Lula: petróleo do pré-sal será 'ponte para erradicação da pobreza' no país.....	19
Comissão do Ministério da Justiça vem ao RS debater criminalização dos movimentos sociais	20
Grito dos Excluídos defende Raposa e ataca 'fichas-sujas'	20
A ditadura militar brasileira e o golpe contra Allende	21
Pesquisa mostra que crime de racismo tem poucas condenações	21
Principal reivindicação dos profissionais é o Plano de Cargos de Salários.....	22
Marcha dos Sem é adiada para outubro.....	22
Informalidade estabiliza o índice de desemprego.....	23
Estudo detalha a tarefa autônoma.....	23
Decisão do CNJ causa polêmica.....	24
Mediação do TRT encerrou greve	24
Galeão e Viracopos passam ao setor privado em 2009	25
Mau tempo adia a Marcha e o Grito	25
Metalúrgicos do ABC aceitam reajuste	25
PR: metalúrgicos da Renault/Nissan aceitam nova proposta e encerram greve. Volks não melhora oferta, paralisação continua	26
Terceirizada ganha os mesmos direitos dos efetivos na Justiça	27
Princípio da Igualdade	27
Em 13 anos, foram libertados 30.687 trabalhadores em 2 mil fazendas	28
No ABC paulista, metalúrgico tem reajuste de 11%	29
Servidores do Judiciário levam pleitos para ALE-RR.....	30
Funcionários dos Correios podem parar atividades no Brasil.....	31
Funcionários dos Correios devem deflagrar nova greve em assembléia hoje.....	31
Policiais civis e governo não chegam a acordo na Justiça	32
Hospital é proibido de terceirizar contratação de médicos.....	32
Ipiranga se prepara para operar com capacidade plena	32
Ipiranga deve virar "butique" da Petrobras	32

Petroleiros de Rio Grande querem estatizar Ipiranga.....	33
Governo acerta um novo projeto salarial para o Judiciário	33
Judiciário gaúcho tem mais de 1,5 mil cargos vagos	35
Wilma veta reajuste do judiciário.....	36
Sindijus-PR presente no Congresso dos servidores do Rio Grande do Sul.....	37
CNJ inicia coleta de dados da segunda instância da Justiça.....	37
Conselho divulgará desempenho de juízes.....	38

MEC promete alfabetizar 1,3 milhão

A meta do Plano de Desenvolvimento da Educação de alfabetizar 1,3 milhão de pessoas ao ano deve ser atingida em 2009. A previsão é do diretor de Políticas da Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação (MEC), Jorge Teles. Segundo ele, o programa Brasil Alfabetizado forma mais de 1 milhão de pessoas por ano.

Para 2009, além da ampliação do número de atendidos pelo Brasil Alfabetizado, outras novidades são a distribuição de livros didáticos específicos para esse público e o desenvolvimento de projetos de leitura para consolidar as ferramentas de uso da língua escrita e falada.

Investigação apura desvio superior a R\$ 150 milhões

O inquérito federal, que cita quatro deputados gaúchos, apura suspeitas de irregularidades em licitações de prefeituras na Grande Porto Alegre

O valor de apenas um dos contratos investigados no inquérito federal em que dois deputados federais e dois estaduais são citados é de R\$ 150 milhões. Isso indica que o prejuízo apurado pela Operação Solidária, que investiga supostas irregularidades em cerca de 10 contratos de obras de saneamento, obras rodoviárias e fornecimento de merenda escolar, deverá ficar muito acima dos R\$ 44 milhões da fraude do Detran.

A apuração nasceu há nove meses, em Canoas, a partir da investigação da fraude da merenda. Estão sob suspeita contratos firmados com as prefeituras de Canoas e Sapucaia do Sul e com o governo do Estado. As autoridades têm o desafio de decifrar o valor da fraude em cada contrato.

O Ministério Público Federal (MPF) obteve autorização na sexta-feira para investigar os deputados federais Eliseu Padilha (PMDB) e José Otávio Germano (PP). A parte do inquérito que se refere ao presidente da Assembléia, Alceu Moreira (PMDB), ao secretário da Habitação e deputado licenciado Marco Alba (PMDB) e a outros investigados vai retornar para a Justiça Federal do Estado.

Hoje, Alceu vai apresentar na reunião de líderes explicações sobre a referência a seu nome na investigação. Ele admitiu ter conversado com um empresário investigado – Marco Antônio Camino, dono da MAC Engenharia – para tratar do andamento de obras rodoviárias no Litoral Norte.

José Otávio e Padilha também disseram, em entrevistas, que tiveram seus nomes relacionados na apuração por terem mantido diálogos referentes à atividade parlamentar. Um dos focos da investigação aponta para suspeitas de que deputados teriam atuado para beneficiar em licitações determinadas empresas – entre elas, a MAC Engenharia. A suposta participação da Magna Engenharia no esquema também é apurada, já que um interlocutor da empresa foi flagrado em tratativas relacionadas à fraude.

Diálogos extrapolariam atividade parlamentar

Por atuar em favor de empresas, parlamentares teriam recebido benefícios. Em relação a outros investigados (veja os nomes nesta página), que não têm foro privilegiado, uma das formas de recompensa pela ajuda no esquema seria por meio de imóveis, conforme apuram autoridades. Um dos investigados sem foro vive em uma cobertura na Capital

que está em nome de uma empresa investigada.

Pessoas que tiveram acesso ao teor do inquérito têm convicção de que diálogos de deputados que foram interceptados quando eles falavam com outros suspeitos extrapolam o que poderia ser caracterizado como atividade parlamentar. Outra certeza de quem conhece a investigação é de que ninguém teve o nome citado no inquérito por ter tido apenas uma conversa de trabalho captada na apuração.

adriana.irion@zerohora.com.br

ADRIANA IRION

A partir de agora

Ao decidir, na sexta-feira, desmembrar o inquérito que estava no Supremo Tribunal Federal, o ministro Marco Aurélio Mello remeteu a parte referente aos outros seis citados para a Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

Ao receber os autos, o juiz federal vai verificar a questão do foro privilegiado. Os deputados Alceu Moreira e Marco Alba e o prefeito de Sapucaia do Sul, Marcelo Machado, todos do PMDB, são detentores de foro privilegiado e só podem ser processados pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região.

O juiz de primeiro grau pode decidir por remeter todo o inquérito ao TRF, incluindo a parte relacionada aos que não têm foro privilegiado, ou determinar novo desmembramento. Assim, a parte dos investigados que não têm foro seguiria tramitando na Justiça de primeiro grau.

No TRF, o desembargador federal dará vista dos autos a um procurador regional da República. O procurador definirá se pede mais diligências, se já tem elementos para fazer denúncia ou se pede arquivamento do inquérito em relação a Alceu, Alba e Machado.

Operação Solidária

A ORIGEM

Suspeitas de superfaturamento na compra de merenda escolar em Canoas e Sapucaia do Sul levaram o Ministério Público Federal (MPF) a abrir uma investigação no ano passado. Durante a apuração, o MPF detectou possíveis irregularidades envolvendo licitações referentes a obras de saneamento.

Diante das novas suspeitas, em novembro o MPF abriu investigação envolvendo agentes públicos de Canoas e Sapucaia do Sul. No decorrer do trabalho, surgiram suspeitas em relação a parlamentares.

FOCO DA INVESTIGAÇÃO

Estão sendo apuradas irregularidades em licitações visando a beneficiar determinadas empresas. Parlamentares citados no inquérito seriam os responsáveis por garantir o sucesso das empresas nas licitações. Em troca, receberiam benefícios.

OS CITADOS

Pelo menos oito pessoas estariam envolvidas no esquema de irregularidades com verbas federais e municipais. Estão citados no inquérito:

Eliseu Padilha, deputado federal do PMDB

José Otávio Germano, deputado federal do PP

Marco Alba, deputado estadual do PMDB licenciado e secretário de Habitação do governo do Estado

Marcelo Machado (PMDB), prefeito de Sapucaia do Sul

Renan Presser, chefe de gabinete da prefeitura de Sapucaia

Marco Antônio Camino, empresário, proprietário da MAC Engenharia

Francisco Fraga, secretário de Governo da prefeitura de Canoas

Alceu Moreira, deputado estadual do PMDB e presidente da Assembleia Legislativa

Ranking põe universidades gaúchas no topo

Indicador do MEC inclui duas instituições entre as 10 melhores do país. Estudantes brasileiros contam com mais um indicador de qualidade para escolher e investir no Ensino Superior no país. De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado ontem pelo Ministério da Educação, duas instituições gaúchas – a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – estão entre as 10 melhores do país.

Em valores contínuos que vão de 0 a 500 e em faixas de 1 a 5, o IGC foi calculado levando em conta fatores como as notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a infra-estrutura e o corpo docente das instituições, assim como a distribuição dos alunos na graduação e na pós-graduação.

Na escala de 0 a 500, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) aparece em primeiro lugar, com 439 pontos, seguida da UFCSPA, com 425. A UFRGS é elencada na quinta posição, com 410 pontos. Os resultados foram comemorados, ontem, nas duas universidades gaúchas.

Para a reitora da UFCSPA, Miriam da Costa Oliveira, a boa colocação da instituição já era esperada. A partir de agora, segundo ela, o desafio será manter a qualidade dos serviços prestados à sociedade. – Ficamos muito contentes e sabemos que esse resultado aumenta enormemente a nossa responsabilidade. Nosso principal objetivo, daqui para frente, é continuar oferecendo um ensino de excelência – disse Miriam.

No que se refere à UFRGS, o pró-reitor de Graduação e reitor eleito da instituição, Carlos Alexandre Netto, também comemorou o resultado e afirmou que, durante o seu mandato, que assumirá ainda este mês, pretende trabalhar para melhorar o desempenho revelado pelo IGC.

Vamos assumir comprometidos com a expansão da universidade, mas uma expansão qualificada. Teremos mais professores, mais servidores e melhor estrutura. Também pretendemos qualificar os processos de gestão – afirmou Netto.

Dois centros universitários do RS também estão na ponta

Além das universidades, o ranking avalia outras instituições de ensino superior. Na categoria centros universitários, outras duas escolas aparecem na ponta: o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e o Centro Universitário Feevale. Ao todo, o MEC divulgou ainda conceitos de 131 centros universitários e 1.144 faculdades isoladas e integradas.

A Região Sul é a que concentra o maior percentual de instituições com índice máximo: 11,3% apresentaram IGC igual a 4 ou 5. Em seguida vêm as regiões Sudeste (onde 8,8% das instituições têm IGC 4 e 5), Nordeste (7% de instituições com IGC 4 e 5), Centro-Oeste (3% das unidades com indicadores máximos) e Norte (com apenas 0,9% de instituições com índice 4 e 5).

Como o índice é calculado

O indicador geral de cursos (IGC) usa a média de conceitos de graduações e pós-graduação para verificar as melhores universidades, centros universitários e outras instituições

Para ponderar os conceitos, o Ministério da Educação (MEC) considerou a distribuição dos alunos entre os diferentes níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado). O conceito da graduação é calculado com base nos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC) revelados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), de

2005 a 2007, e o conceito da pós-graduação é calculado a partir de uma conversão dos conceitos fixados pela Capes, referente à avaliação do triênio 2004-2006

A pontuação revela, para cada instituição, a qualidade de todos os seus cursos de graduação, mestrado e doutorado, distribuídos na totalidade de campi e municípios onde a instituição atua. O resultado final está em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5)

Rosane de Oliveira - Mudanças confirmadas

Mais de um mês depois de o PP ter formalizado as indicações, a governadora Yeda Crusius confirmou ontem a ida do presidente do IPE, Otomar Vivian, para uma diretoria do BRDE e a transferência de Arthur Lorentz da Sulgás para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

O desafio do PP agora é indicar um substituto para Vivian que preencha três requisitos básicos: aceitação pela governadora, conhecimento da área previdenciária e sensibilidade política para negociar o projeto da previdência complementar.

IPIRANGA: SOLUÇÃO EM NOVEMBRO

O senador Paulo Paim saiu otimista da audiência pública realizada ontem, na Assembléia, para tratar da Refinaria Ipiranga de Rio Grande. Foi possível arrancar, pelo menos, a renovação da promessa de investimentos. Segundo José Augusto de Goes, que representou o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, o acordo firmado em Brasília será cumprido na íntegra, o que significa que a estatal fará investimento na refinaria. 'O encontro foi mais do que positivo, pois mostrou o compromisso da Petrobras com a Ipiranga', disse Paim. Uma nova reunião será realizada até o dia 3 de novembro para que seja apresentado, efetivamente, um plano de fortalecimento da empresa. Até lá, muita negociação. A cobrança maior é sobre a Petrobras, mas o controle acionário é dividido igualmente com Braskem e Ulbra. Pelo pouco interesse que as duas empresas demonstram, a estatização defendida pelos funcionários da refinaria não seria considerada ofensa à iniciativa privada. Dessa vez. CORREIO DO POVO

Bancários reivindicam segurança

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (SindiBancários) fez ontem protesto contra a falta de segurança no posto do Itaú do Complexo Hospitalar Santa Casa, com entrada pela rua Annes Dias, que foi alvo de assalto na manhã de sexta. A entidade reivindica porta giratória no acesso ao saguão de auto-atendimento, além de câmeras internas e presença de dois vigilantes em vez de um.

Conforme levantamento do SindiBancários, o número de ataques no setor chega a 113 casos, envolvendo assaltos, tentativas, seqüestros, furtos e arrombamentos, desde o início deste ano no RS. Em setembro, a quantidade de ataques chega a oito.

Estudo vê falta de "trabalho decente" no país

Brasil ainda registra forte discriminação contra mulheres e negros, constata trabalho divulgado por Cepal, OIT e Pnud

Apesar dos avanços conquistados em anos recentes, mercado de trabalho do país ainda tem expressivas desigualdades

JULIANNA SOFIA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar dos avanços conquistados nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro registra um elevado déficit de trabalho decente, com expressivo grau de desigualdade de gênero e raça, altas taxas de desemprego e informalidade, além de precariedade nas condições de trabalho.

O diagnóstico sombrio foi apontado no estudo "Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente", divulgado ontem em conjunto pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

O trabalho analisa informações sobre o mercado de trabalho brasileiro de 1992 a 2006. Um dos principais extratos do documento é a constatação de que o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho contribuem para elevar o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), mas não são suficientes. O bem-estar social depende do trabalho decente.

"A experiência brasileira mostra um mercado de trabalho em que, nos anos recentes, o crescimento do PIB tem impacto cada vez maior na criação de empregos. Permanecem, porém, um grau expressivo de desigualdade e um elevado déficit de trabalho decente", afirma o estudo. "O nível de desemprego e a precariedade do emprego são preocupantes. A informalidade ainda é alta, e há discriminação de sexo, raça e outros atributos."

Reduzir desigualdades

Para chegar à definição de trabalho decente, o estudo analisou 28 indicadores referentes ao mercado de trabalho, levando em conta quatro aspectos: emprego, proteção social, direitos no trabalho e diálogo social.

"Não podemos ficar contentes [com o diagnóstico brasileiro], mas é importante reconhecer os avanços", afirma a diretora da OIT no Brasil, Laís Abramo. Segundo ela, é impossível eliminar o déficit de trabalho decente no Brasil sem avançar na redução das desigualdades de raça e gênero. Isso porque 70% da mão-de-obra no mercado brasileiro é composta de mulheres e negros -os principais alvos de discriminação. Entre os avanços do mercado brasileiro apontados no trabalho, estão o aumento das taxas de participação e ocupação das mulheres no mercado e a diminuição da desigualdade nos rendimentos em relação aos homens. Também houve aumento real no valor do salário mínimo e elevação generalizada da escolaridade do trabalhador brasileiro, especialmente dos jovens.

Embora o trabalho infantil tenha apresentado redução no período, a presidente da OIT destaca que há um "núcleo duro" da atividade. "Está concentrado no trabalho familiar não-remunerado. Preocupa-nos que a redução vem ocorrendo em um ritmo mais lento nos últimos anos", afirma, lembrando que ainda existem 2,4 milhões de crianças trabalhando no Brasil. FOLHA DE SP

[Impasse continua no setor de autopeças](#)

Metalúrgicos dão prazo até amanhã para fazer acordo; no Paraná, greve da Volks completa uma semana

DA REPORTAGEM LOCAL

DA REUTERS

Cerca de 115 mil metalúrgicos das autopeças do Estado de São Paulo deram prazo para os empresários do setor apresentarem uma proposta de reajuste salarial até amanhã, quando ocorre nova negociação salarial. No ABC paulista, são cerca de 20 mil nesse setor.

Representantes dos trabalhadores e das autopeças não chegaram a um acordo ontem durante reunião em São Paulo, segundo informa a FEM-CUT (Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo).

Na sexta-feira, os sindicalistas entregaram aviso de greve ao setor após rejeitarem proposta de reajuste de 8,8% (1,5% de aumento real e 7,15% de INPC). "Esse setor tem apresentado resultados positivos e até recentemente divulgou uma projeção maior de faturamento para 2008. A exemplo das montadoras [que concederam 3,6% de aumento real], acreditamos que construiremos um bom acordo com este grupo", diz Valmir Marques, presidente da federação.

Com as empresas de fundição também está marcada nova reunião na sexta. Os empresários já receberam aviso de greve em razão de não terem apresentado proposta aos 15 mil trabalhadores desse setor, segundo a FEM.

No Paraná, os 4.000 trabalhadores da Volkswagen rejeitaram ontem a mesma oferta salarial aprovada no sábado pelos metalúrgicos do ABC de aumento real de 3,6% mais reposição de inflação de 7,15% (o que corresponde a reajuste total de 11,01%) e abono de R\$ 1.450. A paralisação na fábrica, onde são produzidos o Fox (compacto) e o Golf (hatch), completou hoje sete dias.

Até sexta-feira, 4.200 veículos deixaram de ser fabricados na unidade por causa da greve.

Os metalúrgicos reivindicam 5% de aumento real, além da inflação, e abono de R\$ 1.500.

Na sexta-feira, a montadora entrou com um pedido de dissídio coletivo no TRT (Tribunal Regional do Trabalho).

"Aguardamos uma nova oferta da Volks para ser colocada em votação na assembléia de amanhã [hoje]. Tentar resolver as coisas por dissídio é um retrocesso", disse, em comunicado, Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. A montadora não comentou o assunto. FOLHA DE SP

[Mínimo e emprego formal abrem rombo no FAT, diz TCU](#)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá entregar para o seu sucessor, em 2011, um rombo de R\$ 3,7 bilhões nas contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A previsão é do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em relatório, alertou para a escalada anual de déficits do fundo.

No início de agosto, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, chegou a declarar que existia uma expectativa de superávit nas contas do fundo. Lupi acreditou que as contas fechariam positivamente em mais de R\$ 2 bilhões, em 2009. No entanto, após a avaliação do TCU, o Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) concordou que a projeção é de déficit a partir de 2010 e de um pequeno resultado positivo (R\$ 354 milhões, 87% inferior ao estimado para 2008) em 2009.

O TCU verificou que o déficit ainda é primário - pode ser coberto com recursos de aplicações financeiras. "O FAT chegou a um déficit primário de R\$ 6,77 bilhões e resultado operacional positivo de R\$ 2,96 bilhões, o que representou um resultado 47% menor do que o apurado no exercício de 2006", constatou o ministro André Luís de Carvalho, em relatório aprovado em 27 de agosto. O problema é que, em 2010, o déficit será efetivo (não terá mais essa cobertura). Em 2011, chegará a R\$ 3,7 bilhões, se nada for feito.

A contradição, segundo o TCU, é que as principais razões para o rombo estão em avanços sociais obtidos desde 2003, como a elevação do salário-mínimo acima da inflação e o aumento do emprego formal, que levaram ao crescimento nos valores pagos a título de seguro-desemprego. De acordo com o tribunal, entre 2003 e 2007, as

despesas do FAT cresceram, em média, 16,7% ao ano. O salário-mínimo funciona como indexador no pagamento de seguro-desemprego. Quanto ao emprego formal, o problema está na rotatividade, o que, segundo o TCU, deve ser amplamente fiscalizado para evitar fraudes - demissões provocadas com o objetivo de obter o seguro.

Em 2003, as despesas com seguro-desemprego estavam em R\$ 6,6 bilhões. No ano passado, elas chegaram a R\$ 12,7 bilhões - praticamente dobraram em quatro anos. A expectativa é que os custos com o seguro-desemprego atinjam R\$ 19,1 bilhões em 2010, e R\$ R\$ 21,4 bilhões em 2011. Praticamente metade das despesas do FAT são com seguro-desemprego.

As despesas com abono salarial também aumentaram consideravelmente. Elas estavam em R\$ 1,8 bilhão em 2003, e fecharam 2007 em R\$ 5 bilhões. Deverão ficar em R\$ 6,1 bilhões no fim deste ano e a projeção é que irão saltar para R\$ 8 bilhões, em 2010, e R\$ 9,2 bilhões, em 2011. O BNDES consome aproximadamente 32% dos recursos do fundo. No ano passado, ficou com R\$ 7,6 bilhões do FAT, valor que deve ir a R\$ 12,3 bilhões em 2011.

Se as despesas crescem, as receitas não acompanham essa elevação. O TCU concluiu que as receitas cresceram 13,6% ao ano desde 2003. A verba das contribuições com o PIS/Pasep subiu de R\$ 16,2 bilhões em 2003 para R\$ 24,1 bilhões no ano passado. Deve chegar a R\$ 31 bilhões no fim deste ano, em R\$ 35 bilhões, em 2010, e a R\$ 38,4 bilhões, em 2011.

O problema é que 20% dos recursos obtidos com o PIS/Pasep são destinados ao governo de forma geral, através da Desvinculação das Receitas da União (DRU). A DRU deverá consumir R\$ 6,2 bilhões dessa contribuição neste ano. Serão R\$ 7 bilhões em 2010.

A conclusão do TCU é que o governo Lula corre o risco de levar o FAT a um rombo sem precedentes justamente pelo aumento do emprego. O tribunal recomendou ao Codefat realização de estudos para evitar o déficit e providências para evitar fraudes na concessão de seguro-desemprego. (Fonte: Valor Econômico)

Grupo de trabalho vai discutir as condições dos trabalhadores rodoviários

O grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que está encarregada de estudar soluções para as más condições de trabalho dos motoristas de caminhão, ônibus e outros meios de transporte rodoviário vai se reunir, nesta terça-feira (9), às 14h30.

A reunião, que será na sala 9 da Ala Alexandre Costa do Senado, poderá contar com a participação de um representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em audiência pública.

Os integrantes do grupo devem elaborar um projeto de lei que atenda às principais reivindicações de motoristas de ônibus, caminhões e táxis, no sentido de lhes assegurar, por exemplo, a jornada de oito horas diárias de trabalho, com o máximo de duas horas extras adicionais, além da criação de mecanismos para mensurar o período efetivo de serviço.

Projetos

Já está sendo feito um levantamento de todas as proposições sobre o tema que tramitam no Congresso Nacional para ajudar na elaboração dessa nova proposta. Também estão sendo consideradas sugestões encaminhadas por entidades que representam os motoristas profissionais e o Governo.

Os motoristas defendem a aprovação de dois projetos de lei que tramitam em conjunto, ambos do senador Paulo Paim (PT/RS), coordenador do grupo e presidente da CDH: o PLS 91/03, que regulamenta a atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e o PLS 271/08, que cria o Estatuto do Motorista Profissional. Este último foi

apensado ao primeiro e ambos se encontram atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). SITE DO DIAP

Trabalhadora ganha indenização na Justiça por ter sido discriminada

“Ela era bonita do pescoço para cima, e do pescoço para baixo era feia.” Essa foi uma das frases atribuídas por uma testemunha ao chefe de vendas de uma loja de Curitiba, cuja prática de discriminar as funcionárias pela idade e pelo “padrão de beleza C&A” levou a Justiça do Trabalho a condenar a empresa ao pagamento de indenização por danos morais.

Trata-se de um caso em que a trabalhadora, após ser demitida, entrou com ação contra a empresa, reclamando, entre outros itens, indenização por danos morais, por se sentir humilhada e ultrajada na medida em que, para ela, ficou claro que sua demissão se deu em função da idade e por critérios relacionados à aparência física. Ela foi contratada como vendedora aos 28 e demitida aos 38 anos.

Por meio de testemunhas que confirmaram as atitudes discriminatórias, o juiz da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba determinou o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 30 mil – condenação posteriormente confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR).

Uma das testemunhas afirmou que o mesmo superior hierárquico costumava falar para a autora da ação “se espelhar” em outra funcionária, “uma menina novinha”. Outro depoimento dava conta de que os chefes não só praticavam o preconceito, afirmando que “a gente tem muitos dinossauros”, como estimulavam o comportamento das mais novas, que repetiam frases provocativas do tipo “eu sou jovem, sou bonita, meu chefe me acha o máximo”. Um detalhe inusitado: ainda de acordo com as testemunhas, a partir dos 22 anos as moças já eram encaradas como idosas.

Empresa

A C&A contestou a condenação, assim como o valor fixado para indenização, argumentando a ocorrência de afronta a dispositivos constitucionais e apresentando, como paradigma, decisão supostamente contrária, em processo análogo.

Mas o colegiado do Regional rejeitou as alegações, o que a levou a ajuizar recurso de revista, insistindo na reforma da decisão, cujo seguimento foi negado pelo vice-presidente do TRT. Na tentativa de “destrancar” o recurso de revista, a empresa reiterou suas alegações ao TST, em agravo de instrumento.

Relator

O relator do processo, ministro Guilherme Caputo Bastos negou provimento ao apelo, por entender correta a decisão do TRT, considerando que não foram atendidos os pressupostos exigidos para sua admissão do recurso de revista, inclusive no que se refere à alegada divergência jurisprudencial.

Para Caputo Bastos, ficou demonstrado que o valor da indenização foi arbitrado segundo os fatos apresentados nos autos e atendem ao princípio da razoabilidade, tendo em vista que não há, no Brasil, regra legal estabelecendo critérios objetivos para fixá-lo. Durante a votação do processo no TST, o presidente da Sétima Turma, ministro Ives Gandra Martins Filho, considerou importante destacar o teor da decisão do TRT, transcrito no voto do relator. Em seus fundamentos, o Regional considerou o duplo objetivo da indenização – de compensar os prejuízos morais da trabalhadora e penalizar o infrator, de forma dissuadi-lo a repetir a prática discriminatória. (Fonte: TST). Site do DIAP

Economistas vêem enterro do neoliberalismo

Governo e economistas, incluindo ex-ministros da Fazenda que participaram ontem do seminário “Desenvolvimento econômico: crescimento e distribuição de renda” — em comemoração aos 200 anos da pasta —, consideraram acertada a [ajuda financeira dada pelo governo dos Estados Unidos](#) às duas gigantes de hipoteca americanas.

A reportagem é de Henrique Gomes Batista, Cristiane Jungblut e Patrícia Duarte e publicada pelo jornal O Globo, 09-09-2008.

Suas declarações, porém, foram marcadas por alfinetadas e ironia ao chamado neoliberalismo que, na avaliação geral, trata-se de um modelo que acabou fracassando. — É fantástico o país mais liberal do mundo ter que estatizar. Enterraram o neoliberalismo de maneira trágica. O nosso Proer (ajuda financeira aos bancos dada pelo governo brasileiro na década de 90) foi mais baratinho. E o nosso sistema bancário não está comprometido (com essa crise), o que é uma boa — disse a economista Maria da Conceição Tavares, uma das estrelas do PT.

Dilma: neoliberalismo nunca valeu para países ricos

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou que os países desenvolvidos nunca deixaram de fazer intervenções na economia para evitar ou minimizar crises.

— O neoliberalismo é uma política para os países em desenvolvimento. Essa história de neoliberalismo valia para nós e somente para nós. No mundo capitalista, desenvolvido, jamais houve isso — disse a ministra, acrescentando:

— Em momento algum os estados nacionais dos países desenvolvidos foram enfraquecidos. Quando é que o sistema não recorreu para manter as condições da produção intactas ou pelo menos para minimizar crises? Nunca (o neoliberalismo) foi uma política para os países desenvolvidos, principalmente para os Estados Unidos, muito menos para Europa Ocidental ou o Japão.

Dilma lembrou a ajuda do governo americano ao Long Term Capital Management, em 1998, fundo de investimentos que quebrou depois da crise nos países asiáticos.

Disse que não havia nada de fenomenal nesse procedimento e que, portanto, não é a primeira vez que os EUA agem dessa maneira.

Já o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o aporte financeiro de até US\$ 200 bilhões às agências Freddie Mac e Fannie Mae serve para evitar um problema sistêmico e uma crise ainda maior, que poderia ser irreversível.

— O aporte do governo americano foi positivo, porque esses dois fundos juntos mobilizam mais de US\$ 13 trilhões. Evitou-se que uma crise financeira grave se alastre e se torne ainda mais grave. Que em vez de 5 graus na escala Richter, vá para 7, 8 graus e aí comece a causar estragos irreversíveis, como a quebra de bancos e de empresas — afirmou o ministro.

Perguntado se isso não significa uma crise do neoliberalismo, Mantega desconversou, provocando risos:

- Acho que é o pragmatismo responsável.

O seminário reuniu ex-ministros da Fazenda, desde os que ocuparam a pasta recentemente até nomes que estiveram à sua frente há muitos anos. Hoje, são esperados outros ex-titulares da Fazenda, entre eles Pedro Malan, Ciro Gomes e Rubens Ricupero. O ex-ministro da Fazenda e expresidente Fernando Henrique Cardoso não confirmou presença, mas pode gravar um depoimento.

Ciro ironiza: ‘um dia negro para nós, neoliberais’

Atual deputado e presidente do PSB-CE, Ciro Gomes já esteve no seminário ontem e disse, às gargalhadas, que era “um dia negro para nós, neoliberais do planeta”. O também ex-ministro [Luiz Carlos Bresser-Pereira](#) disse que a ajuda americana aos dois fundos “decreta o fim do neoliberalismo”.

Segundo ele, essa ideologia foi dominante nos últimos 30 anos.

— É uma coisa semelhante a 1930 (quando houve a Grande Depressão americana). E é mais uma comprovação muito forte de que os mercados não são auto-regulados e que, portanto, é fundamental haver uma intervenção do Estado para complementar e corrigir os mercados — disse Bresser.

Ele comentou, no entanto, que o Brasil não vai passar à margem e será atingido em menor grau.

— O grau de contágio estará nas exportações — enfatizou.

O ex-ministro Paulo Haddad disse que os EUA adotaram uma “atitude pragmática” e abriram mão da ideologia para evitar danos maiores.

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, disse que as medidas do governo americano vão ajudar a diminuir a volatilidade nos mercados internacionais.

Estatização ou desprivatização?

Para o governo Bush, controle estatal de megaempresas é "conservatorship". Para Paul Krugman, é "desprivatização". O comentário é de Vinicius Torres Freire e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 09-09-2008.

Eis o comentário.

"Conservatorship" é o nome que o governo Bush deu ao controle estatal das duas maiores empresas de financiamento imobiliário do país.

Um "conservator" é um tutor ou interventor. "Conservator" lembra Organizações Tabajara. Os problemas do mercado podem não ter acabado, mas o "Conservator" limpa de graça a lambança que o mercadismo promoveu, em propaganda e atos.

Paul Krugman chamou a coisa de "desprivatização". O economista de Harvard, da "esquerda" americana, é colunista do "New York Times" (no Brasil, Krugman seria "ortodoxo", mas passemos). Escreveu em seu blog: "Prefiro que as pessoas não digam que [Fannie e Freddie](#) foram "nacionalizadas" [estatizadas]. Quer dizer, está basicamente certo, mas passa uma impressão errada".

Krugman lembra que a Fannie Mae era uma agência estatal criada em meio à Grande Depressão, em 1938, e privatizada em 1968. Acha que tais empresas não devem ser privadas. Por isso, diz meio sarcasticamente que elas foram "desprivatizadas". "Não é como o caso do governo britânico, que [no passado] tomou as siderúrgicas. É algo como despedir o pessoal da Blackwater [os mercenários contratados pelo governo dos EUA] e devolver a responsabilidade pela segurança dos diplomatas para os fuzileiros [marines]".

Bradford DeLong é outro economista reputado, professor de Berkeley. Foi subsecretário-assistente do Tesouro no governo Clinton. Em seu blog, DeLong duvida que o negócio de empacotar dívidas imobiliárias deva ser privado. Chama a "conservatorship" de estatização.

Gregory Mankiw também é de Harvard e autor de um popular livro-texto de introdução à macroeconomia. Foi presidente do Conselho de Assessoria Econômica de George Bush, filho. É ultraliberal, mas não se opôs à inevitável "conservatorship", que para ele resultou de um "takeover" (tomada de controle ou aquisição). Mas diz no seu blog que fica "entristecido toda vez que uma empresa que visa o lucro é socorrida, seja a Chrysler, o LTCM, o Bear Stearns ou a Fannie Mae e a Freddy Mac". É o argumento tradicional: socorro para falidos (e para quem tem negócios com eles) é um incentivo ao risco irresponsável.

O governo "conservator" será dono de Fannie Mae e Freddy Mac. Vai emprestar dinheiro às empresas a 10% ano (caro, mas menos que bancos estão pagando na praça). Vai fazer dívida pública a fim de financiar a comprar títulos lastreados em prestações

imobiliárias (os ativos dessas empresas) e não vai vender tais papéis no mercado a fim de evitar que percam ainda mais valor, tentando conter assim o aumento do buraco em bancos e fundos.

Difícil imaginar outra saída. Dir-se-á que os donos dos negócios socorridos estão sendo expelidos do controle ou vendo suas ações virarem pó (mas não é o caso do seguro grátis que o Fed dá para os papéis podres dos bancos, que servem de garantia para empréstimos oficiais).

Mas tais negócios já não valem nada. O dinheiro grosso foi feito durante a festa e ficou com os convidados, que não pagam o seguro implícito, fornecido pelo Estado e que limpa a sujeira. Não é, óbvio, o caso de jogar o mercado fora, mas de dar cabo da gororoba ideológica do mercadismo.

[O enterro do neoliberalismo. 'O pior não passou', avisa Greenspan](#)

Em conferência fechada promovida pelo Deutsche Bank ontem, o ex-presidente do Fed Alan Greenspan afirmou que o socorro de [US\\$ 200 bilhões do Tesouro americano às duas gigantes do crédito imobiliário](#), a Fannie Mae e a Freddie Mac, faz com que o cenário "se torne um pouco menos pior". Ele considera prematuro dizer que o pior da crise já passou.

A reportagem é de Guilherme Barros e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 09-09-2008.

Na opinião de Greenspan, o principal objetivo do pacote de salvamento anunciado no domingo foi evitar que os preços da moradia continuem em queda. O preço da moradia é, para Greenspan, a causa fundamental da crise financeira, e, enquanto persistir essa queda, as incertezas no mercado também irão prosseguir.

Greenspan afirmou também que não existe mais problema de liquidez no mercado. As ações do Fed ajudaram a irrigar o sistema financeiro. O que ocorre agora, segundo ele, é um problema de solvência dos mercados. Ele considera inclusive secundários os impactos econômicos decorrentes desse problema.

Em sua apresentação, Greenspan apoiou a decisão tomada pelo governo americano de nacionalizar as duas empresas de hipotecas imobiliárias, a Fannie Mae e a Freddie Mac. Ele disse que a nacionalização era a única solução possível diante do tamanho da operação. O setor privado não teria condições de prover essa necessidade de capital. Greenspan disse ainda que o modelo que regula o crédito imobiliário nos Estados Unidos deve sofrer uma mudança significativa. O atual modelo, de privatização dos lucros e socialização das perdas, deve se alterar. A solução a médio prazo, a seu ver, é a de, após a nacionalização das duas empresas, separá-las em diversas companhias com o objetivo de torná-las bem menores e assim diminuir os riscos atrelados a elas. A grande pergunta na adoção de um novo modelo, segundo Greenspan, não é como, mas quem irá financiá-lo.

Até agora, a credibilidade do Tesouro em bancar a crise não foi questionada, mas Greenspan disse que isso pode começar a aparecer no radar daqui para a frente.

[Governo federal investiga repressão a movimentos sociais no RS](#)

O governo federal inicia nesta terça-feira (09) uma visita oficial ao Rio Grande do Sul para investigar as denúncias de repressão e criminalização aos movimentos sociais. A comissão especial do Conselho de Defesa à Pessoa Humana, órgão ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência, irá concentrar os trabalhos em Porto Alegre e em Sarandi, na região Norte.

A reportagem é de Raquel Casiraghi e publicada pela Agência de Notícias Chasque, 08-09-2008.

Durante a visita, que segue até sexta-feira, a comissão se reúne com a governadora Yeda Crusius, com representantes da entidade ruralista Farsul, com movimentos sociais e integrantes do Judiciário gaúcho, entre eles o Procurador Geral de Justiça Mauro Henrique Renner. O deputado federal Adão Pretto (PT), único parlamentar gaúcho que integra a comissão, espera que a visita evite os conflitos que vêm ocorrendo no Estado. “O objetivo é ver se alivia a perseguição aos movimentos sociais. A comissão tem esse objetivo, de fazer com que as autoridades estão ferindo a Constituição, mas sim a própria democracia”, diz.

A visita de uma comissão especial do governo ao Rio Grande do Sul foi proposta em Agosto durante audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. No mês de Junho, a violência contra os movimentos sociais já havia sido tema de uma audiência da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

No entanto, o que motivou a visita oficial foi a divulgação de um documento do Conselho Superior do Ministério Público Estadual em que promotores determinam ações integradas com a Brigada Militar para desmobilizar acampamentos do Movimento Sem Terra (MST). Também proíbem protestos de massa dos sem terra e encaminham intervenções em escolas de assentamentos, entre outras medidas.

Para o deputado, o documento do Ministério Público deixa claro que há perseguição aos movimentos sociais. “Esse tipo de perseguição existe e não é de agora. No entanto, é agora que está vindo à tona toda a estratégia que eles [governo e polícia] estão usando para desmontar os movimentos populares. Eles pegam como cobaia o MST, mas todos aqueles que se organizam e lutam são perseguidos”, afirma.

[Metalúrgicos rejeitam proposta de 11% oferecida pela Volks no Paraná](#)

Os metalúrgicos da Volkswagen/Audi de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (PR), rejeitaram ontem em assembléia uma nova proposta de reajuste salarial apresentada pela montadora. A Volks ofereceu a mesma proposta aceita no fim de semana pelos metalúrgicos do ABC paulista: reajuste de 11,01%, sendo 3,6% de aumento real, mais abono de R\$ 1.450, a ser pago no dia 22 deste mês. Os cerca de 4 mil trabalhadores da fábrica, que produz o compacto Fox e o Golf, querem 12,15%, sendo 5% acima da inflação acumulada, de 7,15%, e abono de R\$ 1.500.

A reportagem é de Lino Rodrigues e publicada pelo jornal O Globo, 09-09-2008.

A paralisação na Volks começou em 1ode setembro, quando foi rejeitada uma proposta de 10% de reajuste salarial, que só seria pago a partir de dezembro. Esse índice foi aceito nas outras montadoras do Paraná ([Volvo](#), [Renault](#) e [Nissan](#)), que concederam o reajuste a partir de setembro. Até sexta-feira, segundo cálculos do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, a montadora alemã deixou de produzir 4,2 mil veículos na unidade.

[Metalúrgico estimula bancário a obter reajuste real elevado](#)

A negociação de data-base dos metalúrgicos, que no fim de semana garantiu à trabalhadores de montadoras do ABC reajuste salarial de 11,01%, sendo 3,6 pontos percentuais de ganho real, trouxe ânimo extra aos bancários, que iniciam na próxima semana as negociações de reajustes para a categoria. "Sem dúvida, a conquista dos metalúrgicos reforça nosso argumento", diz o presidente da Confederação dos

Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e coordenador do comando nacional que negocia os reajustes salariais dos bancários, Wagner Freitas.

A reportagem é do jornal Valor, 09-09-2008.

A categoria, que iniciou ontem a rodada de negociações de cláusulas sociais com os bancos, reivindica um ganho sobre a inflação de 5 pontos percentuais. A proposta será colocada em debate na reunião marcada para o dia 16. A partir daí, as instituições financeiras terão até a data da plenária nacional dos bancários (marcada para 25 de setembro) para aprovar a proposta ou fazer uma contra-oferta. "Caso não haja acordo, também estamos dispostos a deflagrar greve a partir da data da plenária", diz Freitas. Para o sindicalista, o momento de negociar ganhos reais é este, em que a economia brasileira se expande e dá sinais de que crescerá de forma sustentada. "Essa crença é o que levou as montadoras a aceitarem o repasse."

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar) também trabalha com o objetivo de obter ganhos mais robustos na negociação, que se inicia no dia 19. A categoria, que reúne profissionais das indústrias química, cosmética e de fertilizantes, exige reajuste de 15%, sendo 7% de reposição da inflação, afirmou o presidente da Fequimfar, Danilo Pereira. "As indústrias do setor, como o setor automotivo, tiveram ganhos de produtividade e a idéia é que dividam os ganhos."

O coordenador da campanha salarial da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antonio de Moraes, também vai exigir da Petrobras, na primeira rodada de negociações que ocorre no dia 16, aumento real de 5%, apoiando-se nas negociações realizadas por outras categorias ao longo do ano. Para o supervisor do escritório regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), José Silvestre Prado de Oliveira, o reajuste aos metalúrgicos - certamente um dos maiores registrados no ano - reforça o poder de negociação de outras categorias que têm data-base no segundo semestre. "Os metalúrgicos são uma categoria que serve como referência para as negociações de outros grupos", afirmou.

Mesmo entre os metalúrgicos, a negociação fechada no sábado pelos trabalhadores do ABC serviu de referência para que os [trabalhadores da Volkswagen do Paraná](#) endurecessem o discurso. Na semana passada, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba obteve reajuste de 10,1%, sendo 2,6% de ganho real, mas a proposta foi rejeitada pelos trabalhadores da Volks, que querem o mesmo reajuste obtido pelos metalúrgicos do ABC, abono superior aos R\$ 1,45 mil oferecidos pela montadora e pagamento dos dias parados, afirmou Sérgio Butka, presidente do sindicato.

Em São Paulo, os metalúrgicos do setor de autopeças, funilaria e forjaria também recusaram a proposta das indústrias (8,8% de reajuste, sendo 1,5% de aumento real) para exigir ganho acima da inflação de 3,6%.

[A militância e as eleições: do entusiasmo ao desencanto](#)

As eleições 2008 são acompanhadas por grande apatia por parte crescente de militantes que outrora vibravam com as eleições. Já não se vêem as bandeiras em punho ou desfraldadas nas janelas dos carros, como tampouco as caminhadas, as panfletagens, o debate permanente nas rodas de conversa, o entusiasmo com os debates televisivos que eram imperdíveis. O encantamento com as eleições se foi. Quais as razões? [Cesar Sanson](#), analisa o afastamento de parcela significativa da militância social com a luta política partidária. Segundo ele, três períodos identificam o histórico da militância, principalmente cristã, com o partido político: a desconfiança, o entusiasmo e o desencanto.

[Cesar Sanson](#), mestre e doutorando em ciências sociais pela UFPR, é pesquisador do Centro de Pesquisas e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba, parceiro estratégico do Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Eis o artigo.

As eleições municipais acontecerão daqui um mês e o clima é de grande apatia. A rigidez e o pouco entusiasmo com as eleições é normal no conjunto da população, mas junto à militância nem sempre foi assim. Basta que lembremos dos anos 80 e mesmo do início dos anos 90 – à época a vibração com o processo eleitoral arrebatava a militância e as campanhas começavam seis meses antes do pleito eleitoral.

As atividades de rua tomavam conta da agenda dos militantes e não raro um bom dia de campanha começava às 5hs da manhã nas portas de fábrica e terminava às 22hs no comitê discutindo estratégias de campanha. Os finais de semana eram considerados o *filé mignon* das atividades eleitorais, realizava-se os “arrastões” ou “visitações” nos bairros para, de porta em porta, conversar e convencer os eleitores de que a melhor opção eram os candidatos do Partido dos Trabalhadores. Tampouco era incomum os militantes retirarem do seu bolso recursos financeiros para viabilizar as atividades. O carro e a casa que se tinha, quando se tinha, tornavam-se uma extensão do aparelho partidário. A militância atuava em duas frentes: ideológica e agitação, e via de regra, as duas misturavam-se. A militância petista era temida pelos partidos rivais em função do seu preparo ideológico e aguerrimento. De bandeira em punho e língua afiada, costumava-se dizer que um militante do PT valia por dez de qualquer outro partido. Viradas sensacionais aconteciam em função da força da militância nas ruas.

Esse tempo se foi e não retornará. Ele ainda existe na vida de um ou outro militante, porém como exceção e não regra. O grosso da militância se recolheu e assiste às eleições desoladamente. Há quem acredite que o entusiasmo dos anos 80 ainda voltará. Ilusão.

Três fases identificam a participação dos militantes petistas, principalmente dos cristãos no mundo da política. As fases da desconfiança (1978-1986); do entusiasmo; (1986-2002) e do desencanto (2002 para cá). Essa divisão é frágil, porém serve para ilustrar momentos distintos daqueles que se envolveram com a militância política.

A primeira fase: desconfiança

No começo, logo após o surgimento do PT, muitos olhavam o partido com certa desconfiança. É inegável que os cristãos foram uma das forças que estiveram na origem do PT – junto com os que vieram da luta armada e os sindicalistas, mas não mergulharam de cabeça na militância política.

Os militantes cristãos priorizavam a organização popular, o trabalho de base e estavam sobretudo nas Ceb's, nas pastorais sociais e movimentos sociais. A relação com o partido se fazia de forma ambígua, por um lado reconhecia-se a originalidade de um partido que surgiu das lutas sociais, por outro, havia uma velada crítica à concepção de partido político, como instrumento que visava a tomada de poder.

A formação dos cristãos se fez na crítica ao vanguardismo da luta política de matriz marxista-leninista e os partidos de esquerda no país haviam tomado esse rumo, temia-se que o PT fosse por esse caminho. Além disso, o poder, aquele que está contido no aparelho de Estado, sempre foi visto por essa militância como fonte de autoritarismo, corrupção e centralização.

Para os cristãos, poder e participação não combinavam. Essa visão, tida como basista, encontra a sua fonte na iniciação dos cristãos no mundo da política realizada através das Ceb's, dos círculos bíblicos, das pastorais. Uma iniciação eivada por determinada concepção de Igreja da libertação na qual se apresentava um mundo maniqueísta. De um lado, estão os maus, os opressores, os patrões, os poderosos, os corruptos. De outro

lado, estamos nós, a base, os oprimidos, os justos, os éticos, os bons.

Essa visão maniqueísta, transpondo categorias bíblicas com pouca mediação sociológica, fez a “cabeça” dos cristãos e por isso olhava-se a luta política institucional com certa desconfiança. Acreditava-se que os reais avanços na conquista de direitos e dignidade se davam na luta social a partir da organização local, comunitária, nas periferias, nos locais de trabalho. “O Brasil que queremos” seria resultante da força popular, das bandeiras de lutas construídas no cotidiano.

A segunda fase: entusiasmo

A resistência ao partido político como o “carro-chefe” da transformação do país foi aos poucos sendo deixada de lado pelo conjunto da militância. Já nas eleições de 1986, apesar do movimento social ter sido derrotado na bandeira da Constituinte livre, popular e soberana, cresceu o entusiasmo com as eleições para o Congresso constituinte. A concepção de que a tomada do poder do aparelho do Estado resultaria numa revolução pacífica no país começou a ganhar ares de verdade absoluta.

Acreditava-se que o PT no poder levaria o país a mudanças radicais, e pela primeira vez na história se veria a redenção dos pobres. As eleições de 1989 são emblemáticas nesse sentido. Ao mesmo tempo, a conquista de prefeituras ao final dos anos 80 e a eleição de centenas de vereadores sinalizava que o caminho correto era esse.

As administrações petistas trabalhavam com o mote da “participação popular” e, em maior ou menor grau, adotavam o orçamento participativo, a inversão de prioridades, maior transparência. Nascia o modo petista de governar. Por outro lado, os vereadores petistas eram implacáveis na fiscalização dos recursos públicos e na defesa das minorias. Nascia a convicção de que se numa prefeitura já se pode mudar muita coisa, imagine-se quando o poder central estiver nas mãos do PT.

A certeza de que se fazia política de modo singular tornava a militância petista prepotente e arrogante, pouco generosa no acolhimento de outras propostas que não fossem as suas. O crescimento permanente do partido, a eleição gradual de parlamentares, prefeitos e governadores significavam que a população descobria que o PT era de fato o partido certo. Tudo isso animava ainda mais a militância e o entusiasmo era crescente. Um número cada vez maior de militantes se profissionalizava para dar conta das tarefas políticas. Inúmeras lideranças se tornavam assessores, liberados, coordenadores de mandatos parlamentares ou dirigentes partidários.

O PT passou a tomar parte importante da agenda que antes era dedicada a outras atividades e, mais do que isso, passou a imprimir a dinâmica das tarefas a serem realizadas. O final dos anos 80 e praticamente toda a década de 90, foi um tempo de muitas certezas e poucas dúvidas. A aposta no partido político como instrumento de mudanças se tornava crença. Foram anos de generosa militância, de muita gratuidade, de convicções e certezas, mas, ao mesmo tempo, a crescente profissionalização da militância, o inchaço do partido, e práticas antes não aceitas, como filiações em massa e sem critérios, passaram a ser toleradas.

Tudo isso sinalizava para o fato de que o partido não estava imune aos vícios tão comuns no mundo da política. Em que pese a verificação dos crescentes desvios, ainda se tinha a forte convicção de éramos diferentes e a conquista da presidência mostraria isso.

A terceira fase: desencanto

Poucos meses com Lula na presidência bastou para que muitos iniciassem um doloroso processo de desencanto com a aposta no partido como o meio e fim de tudo o que se acreditava. A chegada do PT ao Estado não significou rupturas com o status quo secular no país. Pelo contrário, o PT no poder passou a desconstruir a hegemonia que anteriormente conquistou na sociedade e imprimiu um tom conciliador na política e

conservador na economia. Lula no governo iniciou um lento, porém vigoroso movimento de ampliação das alianças a partir de um ajuntamento de políticos oriundos de vários partidos. Foram resgatadas do limbo figuras políticas associadas aos métodos políticos da 'Velha República' – práticas coronelistas que agregam autoritarismo, assistencialismo e clientelismo e, pior, utilizam-se do espaço público para atingir objetivos privados.

O discurso da ética tão caro aos petistas foi caindo por terra e a crise do mensalão foi a gota d'água. Por mais que se considere que esse fato foi insuflado pela mídia golpista da direita não se pode ignorar o complicado e perigoso modus operandi adotado pelas lideranças petistas envolvidas nas negociações políticas. A falta de ousadia na política decepcionou muita gente, porém outra frente decepcionou tanto quanto: o conservadorismo na economia. Com o discurso de que era impossível dar um cavalo de pau num Titanic, o governo seguiu a risca a macroeconomia que anteriormente criticava e passou a adotar o que alguns chamam de “Pós-consenso de Washington”, ou seja, por um lado manteve a política econômica conservadora, e por outro, implementou o Bolsa Família, programa de mitigação da pobreza e não de sua superação, um programa que funcionaliza a pobreza.

Porém, o que mais desencantou a militância política mais próxima dos movimentos sociais foi a falta de ousadia do governo com a agenda popular: reforma agrária, educação, saúde, meio ambiente, foram temas que receberam atenção tímida do governo. A convicção de que o governo Lula interromperia a escandalosa concentração de renda no país e avançaria em reformas de caráter distributivo de renda não aconteceu. Há um sentimento entre lideranças do movimento social que o governo Lula rendeu-se à lógica economicista e o seu modelo desenvolvimentista revelou-se dependente do mercado. O Estado, agente indispensável no modelo desenvolvimentista colocou-se a serviço da lógica do mercado e não como instrumento de correção às distorções estruturais da sociedade brasileira.

Há um reconhecimento de que o Estado no governo Lula se tornou mais forte e que a sua atuação sofreu redirecionamento em algumas áreas, entre eles, o processo de liquidação de sua capacidade de intervenção na sociedade foi interrompido como se viu com as privatizações, mas também se percebe que não foi sustado de todo o modelo economicista e neoliberalista de decisões importantes na macroeconomia. Há ainda um outro problema, um modelo que insiste em matrizes energéticas e em mega-obras, justificáveis em décadas passadas, mas não hoje diante do impasse ambiental. Frustra ainda o peso do agronegócio brasileiro na conjuntura política e econômica.

A inserção do Brasil no comércio internacional acontece sobretudo pelas commodities agrícolas. Em síntese, a análise do modelo (neo)desenvolvimentista do governo revela um forte caráter conservador na medida em que se trata de um modelo que propõe a inclusão social via crescimento econômico. Nesta perspectiva, o mercado se apresenta como o solucionador dos problemas sociais.

Em síntese, o desencanto se reflete na análise de que figura do Lula não representa mais a mudança, a radicalidade expressa no seu surgimento dentro do período histórico do reascento do movimento de massas do final da década de 70 e dos anos 80. A crença de que Lula no poder faria um governo sintonizado com o seu histórico de movimento social não se efetivou, o que se vê é a opção de Lula pela continuidade da modernização conservadora. Prevaleceu o Lula do ABC – da lógica do desenvolvimentismo associado ao capital transnacional ajustado aos tempos da globalização. Somem-se as frustrações com os rumos do governo Lula, o desencanto com os rumos do partido. Um partido cada vez mais burocratizado, ossificado, desfibrado e controlado por caciques ao qual imprimem a sua lógica e os seus interesses.

São milhares os que ainda militam no partido, vêem avanços significativos no governo Lula e vibram com as campanhas eleitorais, porém, ao mesmo tempo, nos últimos anos outros milhares deixaram de participar ativamente da política institucional, afastaram-se da vida orgânica do partido político e assistem o processo eleitoral com pouco entusiasmo, já não acreditam na democracia representativa como um instrumento eficaz de transformação social. Esses, não deram totalmente as costas para a luta partidária, mas não fazem dela a sua prioridade militante. Se por um lado, o entusiasmo venceu a desconfiança, por outro, o desencanto superou o entusiasmo.

[Brasileiro já pagou mais de R\\$ 700 bilhões em impostos em 2008](#)

O impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) ultrapassou na manhã desta segunda-feira, 8 de setembro, a marca de R\$ 700 bilhões de reais pagos em impostos. No ano passado, a quantia só foi alcançada em 11 de outubro, 33 dias mais tarde. Em 2006, isso aconteceu em 11 de novembro.

Fernando Bertuol, presidente da Associação Classe Média (Aclame), se preocupa com a situação. "Enquanto o país cresce cerca de 5%, a arrecadação de impostos sobe uma média de 12%. Há um desequilíbrio muito grande." Para Bertuol, os contribuintes deveriam ser mais participativos na questão dos impostos: "A sociedade parece que não se incomoda com isso. Enquanto deixarem, o governo vai seguir aumentando os impostos, quebrando recorde atrás de recorde", conclui. A estimativa da ACSP é de que até o final do ano a marca supere R\$ 1 trilhão, o que significa um aumento de 11% a 12% em relação ao ano passado. Alencar Burti, presidente da ACSP encara as cifras com preocupação. "Continua crescendo a transferência de recursos do setor privado ao Estado, sem as melhoras desejadas para o contribuinte", afirma. O impostômetro pode ser acessado pela Internet, através do site da Aclame (www.aclame.com.br) onde também é possível verificar a arrecadação nos anos anteriores. Além disso, a ferramenta pode mostrar o quanto cada contribuinte pagou em impostos estaduais, federais e municipais.

[Trabalho veta uso do FGTS para pagar previdência privada](#)

Paulo Rocha argumenta que estados e municípios depende do fundo para investir em infra-estrutura.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público rejeitou na última quarta-feira (3) o Projeto de Lei [2695/07](#), do deputado Barbosa Neto (PDT-PR), que permite o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de planos de previdência privada.

O relator, deputado Paulo Rocha (PT-PA), argumentou que a intenção da proposta é boa - aumentar o rendimento do FGTS, hoje aquém de todos os investimentos. Mas, segundo ele, o fundo tem outras funções, e tornou-se a única fonte de financiamento dos estados e municípios para investimentos em infra-estrutura, saneamento básico e moradia popular.

Ele lembrou que os trabalhadores com saldos mais elevados (apenas 14% das contas do FGTS têm valores acima de 10 salários mínimos) já podem optar por uma aplicação com melhores rendimentos, feita por meio da conta Fundo de Investimento do FGTS, criada pela Lei 11.491/07. Esse fundo especial tem limite de 10% do saldo do FGTS. "Os trabalhadores com altos salários já possuem condições financeiras para adquirir previdência privada, e podem optar pelo FI-FGTS sem, contudo, inviabilizar o FGTS", disse.

Já o autor do projeto afirma que a previdência pública deixou de ser atraente para os

trabalhadores com melhores salários. Barbosa Neto defende, por isso, a adoção de incentivos para o uso de previdência privada, que serve para complementar os rendimentos daqueles que recebem a aposentadoria normal. Segundo o projeto, caberá ao Conselho Curador do FGTS regulamentar as condições para uso do fundo no pagamento de previdência privada.

Audiência

Paulo Rocha também foi relator, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, do PL 913/91 - que, juntamente, com outros 102 [apensados](#), trata de mudanças nas regras do FGTS. O projeto aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), onde Rocha deverá propor uma audiência para debater o tema.

Tramitação

O PL 2695/07, que tramita em [caráter conclusivo](#), ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[Lula: petróleo do pré-sal será 'ponte para erradicação da pobreza' no país](#)

Plantão | Publicada em 07/09/2008 às 20h10m

O Globo Online

RIO - O petróleo do pré-sal foi o tema central do pronunciamento que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez à Nação, na noite deste domingo, em comemoração do Dia da Independência. Embora tenha admitido ainda não existir certeza de quantos barris de petróleo as jazidas vão acrescentar às reservas do país, nem como será feita sua exploração, Lula afirmou que os eventuais recursos gerados serão "canalizados para a educação e a erradicação da pobreza" no país.

- Vi com os meus olhos e senti nas minhas mãos, na Plataforma P-34 da nossa querida Petrobras, o petróleo que começou a ser produzido no pré-sal. O que assisti ali foi o início de um dos enlaces mais simbólicos da vida deste país. A abertura de uma ponte direta entre riqueza natural e erradicação da pobreza. Iremos transformar uma riqueza perecível, como o petróleo e o gás, em fonte de riqueza perene e inesgotável para o povo brasileiro - afirmou.

O presidente não quis entrar na questão em torno da criação de uma nova estatal para explorar as jazidas do pré-sal, apelidada de "Petrosal", ao indicar que a Petrobras será a grande responsável pelo trabalho.

- Esta descoberta, que vai colocar o Brasil num novo patamar no cenário mundial, não seria possível sem a Petrobras. E a exploração destas jazidas será mais um desafio tecnológico que esta empresa, que é o maior símbolo da criatividade e competência dos brasileiros, irá vencer. Vamos reforçar a nossa Petrobras - disse.

Lula contou ter designado uma comissão de ministros para discutir a melhor forma de explorar o petróleo do pré-sal. Segundo ele, a comissão terá que seguir duas diretrizes. A primeira é que o Brasil não será "um mero exportador de óleo cru". Para tanto, serão construídas cinco novas refinarias nos próximos anos, além de sondas e plataformas que devem gerar "milhares e milhares" de novos empregos.

- Vamos constituir uma poderosa e sofisticada indústria petrolífera, consolidar o renascimento da nossa indústria naval e acelerar o desenvolvimento tecnológico da nossa petroquímica - afirmou.

Já a segunda diretriz passada por Lula à comissão prevê justamente a construção da ponte para erradicação da pobreza por meio, principalmente, da educação:

- Não vamos nos deslumbrar e sair por aí gastando o que ainda não temos ou torrando dinheiro em bobagens. O pré-sal é um passaporte para o futuro. Sua principal

destinação, repito, deve ser a educação das novas gerações e o combate à pobreza. Vamos investir esses recursos naquilo que temos de mais precioso e promissor: nossos filhos e nossos netos - resumiu.

De acordo com o presidente, dentro de algumas semanas a comissão interministerial entregará suas sugestões, que serão então abertas para "uma discussão ampla com a sociedade".

- A descoberta do pré-sal não poderia chegar em hora mais apropriada. O país vive o melhor momento econômico e social de sua história. Estamos assistindo ao coroamento de uma política exitosa de crescimento com distribuição de renda e inclusão social - concluiu. O GLOBO

[Comissão do Ministério da Justiça vem ao RS debater criminalização dos movimentos sociais](#)

A comissão especial para investigar a criminalização de movimentos sociais, criada no mês passado, em Brasília, através de Resolução do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão colegiado ligado ao Ministério da Justiça, estará no Rio Grande do Sul nesta . Amanhã, será realizada uma audiência Pública no plenarinho da Assembléia Legislativa e no dia seguinte (10), a comissão se desloca a Passo Fundo e Sarandi, onde visitará [acampamentos](#) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se reunirá com representantes dos movimentos sociais da região. A Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul inicia às 10h. Os integrantes da comissão irão ouvir dos próprios representantes dos movimentos sociais relatos sobre as possíveis violações aos direitos humanos e questões relativas à criminalização dos movimentos sociais. Entre as várias questões polêmicas a serem tratadas, está o relatório aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público do RS que pede a dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e proíbe os órgãos públicos estaduais de negociarem contratos e convênios com o movimento. Na manhã de quarta-feira (10), os integrantes da comissão viajam até o município de Sarandi, onde realizam visita a acampamentos do MST. No retorno, ocorre um encontro em Passo Fundo, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, Campus Central, BR 285, das 15 às 18 horas. A Procuradoria da República em Passo Fundo está convidando todas entidades sociais a participarem do evento. Pelo Ministério Público Federal participam das reuniões e visitas, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Gilda Pereira de Carvalho; o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior e o procurador da República no município de Passo Fundo, Juarez Mercante. FELIPE VIEIRA

[Grito dos Excluídos defende Raposa e ataca 'fichas-sujas'](#)

O apoio à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, foi uma das manifestações ontem do 14º Grito dos Excluídos, que ocorreu no Santuário Nacional, em Aparecida (SP). "Houve um grito pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas de terem seus territórios", disse Ari Alberti, coordenador nacional do Grito dos Excluídos.

A notícia é do jornal Folha de S. Paulo, 08-09-2008.

Segundo a organização, 25 Estados e o Distrito Federal tiveram manifestações.

As eleições municipais também foram abordadas. Segundo Alberti, foram distribuídos 3.000 formulários para recolher assinaturas e protocolar projeto de lei de iniciativa popular que barra os candidatos "fichas sujas".

Em Aparecida, 150 mil romeiros participaram das manifestações, segundo a assessoria da basílica. Em São Paulo, cerca de 10 mil pessoas participaram de caminhada entre a catedral da Sé e o monumento do Ipiranga.

[A ditadura militar brasileira e o golpe contra Allende](#)

Para traçar a história do governo Allende e suas ramificações regionais e hemisféricas, [Moniz Bandeira](#) teve acesso a documentos inéditos do arquivo do Itamaraty, que mostram os telegramas enviados pelo embaixador brasileiro em Santiago, Antônio Câmara Canto, um simpatizante dos golpistas, ao governo do general Emílio Garrastazu Médici.

A reportagem é de Cláudia Antunes e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 08-09-2008.

Além da torcida pela derrubada de Allende, os documentos indicam que o Brasil se envolveu diretamente já perto do golpe. Primeiro, ajudando conspiradores ligados ao grupo de extrema-direita Pátria e Liberdade, que planejava isolar o sul chileno do resto do país, na hipótese de que houvesse guerra civil.

Depois, o Brasil reconheceu rapidamente o regime militar, lhe deu ajuda financeira e enviou agentes para interrogar os brasileiros presos em seguida ao golpe -eram mais de 1.200 no país, na época, dos quais pelo menos seis foram mortos.

Também houve, segundo o livro, assessoria à oposição chilena de empresários brasileiros, entre eles Glaycon de Paiva, um dos fundadores do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Ele teria recomendado a versão chilena das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em que mulheres de classe média e alta saíam batendo panelas.

O livro também é baseado nos documentos sobre o envolvimento do governo de Richard Nixon (1969-1974) na preparação do golpe e no financiamento da oposição, incluindo tanto os do Relatório Church, da comissão que investigou o caso no Congresso americano, quanto os desclassificados posteriormente pela ONG National Security Archive.

Está lá a famosa frase de Henry Kissinger, secretário de Estado de Nixon, de que os EUA não poderiam "deixar um país se tornar marxista só porque seu povo é irresponsável". O próprio título do livro é tirado de um memorando do agente Henry Heckscher, chefe da estação da CIA em Santiago.

Moniz Bandeira também usou fontes secundárias e relatos do período feitas por seus protagonistas. Entrevistou alguns deles, incluindo Roberto Thieme, genro de Pinochet e dirigente do Pátria e Liberdade. "Ele me contou que oficiais do alto comando da Marinha lhes deram os planos de atentados terroristas praticados pelo grupo, como o grande blecaute que atingiu todo o Chile, em 1973", comenta o historiador.

[Pesquisa mostra que crime de racismo tem poucas condenações](#)

Uma pesquisa feita pelo Núcleo de Direito da Democracia do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e pela Direito GV no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) concluiu que apesar do rigor das leis contra o racismo, essas normas não têm sido eficazes para condenar a prática na Justiça. No STF (Supremo Tribunal Federal), o tema racismo rendeu poucas discussões até hoje, segundo pesquisa feita no site da corte. De acordo com o jornal Valor Econômico, foram encontrados apenas três casos

julgados - um que resultou em condenação, outro na extinção do processo e o terceiro foi julgado procedente para o recebimento de queixa-crime.

Principal reivindicação dos profissionais é o Plano de Cargos de Salários

A partir desta segunda-feira, 8, cerca de 850 trabalhadores dos Correios poderão cruzar os braços. A definição sairá nesta manhã, quando será encerrado o encontro com o sindicalismo nacional, que está acontecendo em Brasília-DF.

A principal reivindicação dos profissionais é o Plano de Cargos de Salários. De acordo com informações de Sérgio Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (Sinditec), todas as questões solicitadas pelos carteiros estão sendo colocadas em âmbito nacional.

“Depois da última greve, ocorrida há mais de trinta dias, ficou acordado o plano de cargos de salários, que até hoje não aconteceu, por esse motivo temos 90% de chances de cruzarmos os braços, ressaltou Lima.

Sérgio Lima disse ainda que o movimento deve ocorrer como em outras greves anteriores: ficarão afastados dos serviços carteiros atendentes comerciais atendentes comerciais, operadores de triagem, assistentes administrativos e outros. Ainda de acordo com o sindicalista, a lei determina que 30% do efetivo deve ser mantido. As reivindicações da categoria são o cumprimento do plano de cargos, carreira e salários que deveria ter entrado em vigor no dia 1º de agosto, conforme prometido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em Sergipe, o número de trabalhadores chega a quase 900. “Acreditamos em uma adesão da maioria do efetivo”, destacou. Somente este ano, os colaboradores paralisaram as atividades por duas vezes: uma em abril e outra em julho. No primeiro movimento grevista, os trabalhadores ficaram afastados do trabalho por oito dias e no mês de julho foram 21 dias consecutivos. “Na última greve, além do plano de cargos, carreira e salários, nós estávamos reivindicado um adicional para os carteiros”, acrescentou Lima. GLOBO.COM/SERGIPE

Marcha dos Sem é adiada para outubro

Devido à chuva de ontem, em Porto Alegre, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação dos Movimentos Sociais adiaram a 13ª Marcha dos Sem e o 14º Grito dos Excluídos. A caminhada, que ocorreria da Praça Pinheiro Machado, no Bairro São Geraldo, até o Palácio Piratini, foi remarcada para 16 de outubro.

Do Ensino

Escola inclusiva na América Latina

A oferta de escola inclusiva de qualidade é desafio comum da Educação latino-americana. Mais que debate esparso, o tema tem se ampliado e configurado ações concretas e políticas públicas. Nesta primeira semana de setembro, o assunto atraiu e mobilizou educadores e especialistas, no Seminário Internacional Ensino Médio – Direito, Inclusão e Desenvolvimento, em Buenos Aires (Argentina).

'A sociedade vê com naturalidade a exclusão', acentuou a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacerda. Segundo a representante brasileira no encontro, a história do país evidencia o forte caráter excludente, com escolas públicas voltadas apenas aos filhos das elites e, assim, apresentando melhor desempenho. 'Fazíamos para poucos, com qualidade.' Mudar essa lógica, na sua avaliação, depende de nova relação entre os entes federados, baseada no regime de

colaboração. No Brasil atual, nessa direção, defende o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/abril-2007) com o compromisso de municípios e estados de seguir as metas do plano.

Uma nova cultura de desenvolvimento da Educação se projeta, dessa forma, em todos os âmbitos e modalidades do Ensino. Nessa direção, o seminário de Buenos Aires permitiu abrangência e análise dos demais ensinos relacionados e da Educação Especial, em busca de propostas voltadas a melhorias nos países da América Latina.

No Chile, o ex-diretor-geral de Educação do país, Juan Eduardo Huidobro, disse perceber as piores condições de 'segregação espacial'. Explica que o conceito significa que as diferenças socioeconômicas se reproduzem nas escolas e impossibilitam a criação de uma instituição democrática. Relata que a maioria das crianças pobres chilenas estuda em colégios municipais públicos e gratuitos; que os filhos da classe média vão para escolas privadas (que têm financiamento do governo); e que os mais ricos estão em escolas privadas, geralmente com maior qualidade. 'É preciso oferecer a mesma Educação a todos e quebrar privilégios seculares na América Latina.'

O desafio, no entanto, não é somente de Brasil e Chile, conforme destacou uma das representantes do Unicef na América Latina e Caribe, Ana Lucía D'Emilio. Entre os dados citados, revelou que cerca de 10% da população de América Latina e Caribe apresenta alguma necessidade especial, mas que essa proporção não está representada dentro da escola. 'Precisamos assumir o direito à diferença.'

O seminário do Unicef, com apoio dos ministérios da Educação de Argentina, Brasil e Chile, objetivou evidenciar problemas e desafios da região para oferecer acesso ao Ensino Médio, impedir a evasão e promover Ensino de qualidade.

MARIA JOSÉ VASCONCELOS | Editora de Ensino do Correio do Povo

[Informalidade estabiliza o índice de desemprego](#)

Mirella Poyastro

mirella@correiodopovo.com.br

O aquecimento da economia na região Metropolitana de Porto Alegre foi responsável pela incorporação de 87 mil assalariados no mercado de trabalho no último ano. No entanto, das 71 mil pessoas absorvidas pelo setor privado, 16 mil não têm carteira assinada. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED/RMPA), realizada por FGTAS, Dieese, FEE e Fundação Seade, revelam que a estabilidade da taxa de desemprego (11,9%) também se deve ao aumento da informalidade.

Distribuir panfletos e segurar cartazes de promoção de lojas ou bandeiras de candidatos nas eleições têm garantido renda aos que não conseguem vagas no mercado formal. Um exemplo é o da desempregada há dois anos Lurdete, de 32 anos, que ganha R\$ 100,00 para fazer campanha no Centro. O economista e coordenador da PED/Dieese, Eduardo Schneider, afirmou que, em junho, 153 mil pessoas trabalhavam sem carteira assinada nos 24 municípios da região pesquisada. A tendência, segundo ele, é diminuir a informalidade com o crescimento econômico. 'Mas nem toda a população economicamente ativa (PEA) encontra lugar no mercado formal', analisou. De cada dez pessoas que buscam colocação nas 135 agências Sine no Estado, quatro não conseguem', revelou o presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)/Sistema Sine/RS, Ronaldo Nogueira de Oliveira. As principais barreiras são a falta de qualificação para ingresso no mercado e a baixa escolaridade. CORREIO DO POVO

[Estudo detalha a tarefa autônoma](#)

A informalidade do mercado de trabalho ganhou força entre o segundo semestre de 1992 e o primeiro semestre de 2006, quando ocorreram, segundo a coordenadora técnica da Pesquisa de Emprego e Desemprego na região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), Irene Galeazzi, alterações substanciais na estrutura ocupacional da região. Ocorreu a elevação do desemprego e a redução do emprego assalariado.

'Neste período, o emprego formal aumentou 5,6% contra a ampliação de 32,4% do trabalho autônomo, reponsável por um incremento de 60 mil novas ocupações', analisa. No estudo 'O trabalho por conta própria num contexto de precarização laboral', ela mostra que nos 14 anos analisados o crescimento absoluto mais expressivo e constante ocorreu nas categorias de autônomos que trabalham para o público fora da residência. Ao contrário do trabalhador assalariado regulamentado, que tem desconto previdenciário automático, o autônomo paga por opção. Os indivíduos com maior escolaridade e os que detêm a chefia do domicílio apresentam maior incidência de contribuição. Do total de autônomos, 70% têm origem ocupacional no setor privado, com carteira assinada, e no setor público. 'Isto demonstra o trânsito para a informalidade', aponta a pesquisa. CORREIO DO POVO

[Decisão do CNJ causa polêmica](#)

Cortes gaúchas manifestam seus pontos de vista

JANINE SOUZA |

janinesouza@correiodopovo.com.br

Decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgada na última semana, restringiu contratações nos tribunais brasileiros. Segundo o presidente do Conselho, ministro Gilmar Mendes, a intenção é acabar com a idéia de que judiciário célere precisa de mais magistrados, mais servidores e mais prédios novos. A medida do CNJ dividiu a opinião das cortes gaúchas: por um lado, impõe rigidez no aumento de estrutura e representa economia; mas também, com alta demanda processual, devida à democratização da Justiça, há defasagem nos quadros de pessoal.

Na análise dos pedidos de contratação, o CNJ vai considerar a realidade de cada tribunal, comparado ao desempenho médio dos demais. Ao solicitar mais cargos, o tribunal deve apresentar uma análise dos processos por servidor e por juiz. Também deverá ser levada em conta a eficiência do tribunal, o quadro orçamentário e a garantia de acesso da população. Antes de pedir servidores, os tribunais terão de avaliar suas rotinas e procedimentos internos. Terão de descentralizar o atendimento ao cidadão, hoje concentrado em suas sedes, garantindo ainda o acesso nas cidades do Interior. O Judiciário gaúcho tem a maior litigiosidade do país e o número de processos novos por desembargador é o triplo da média nacional. Para se ter uma idéia, em 1998 ingressaram na Justiça gaúcha 1,023 milhão de processos. Em 2007, esse número saltou para 2,525 milhões. Hoje, a instituição tem 1.516 cargos vagos de servidores (1.171 no 1º Grau e 345 no 2º Grau) e 116 de magistrados (115 no 1º Grau e um de desembargador).

O Tribunal de Justiça do RS recebeu as mudanças com tranqüilidade. Segundo o presidente do Conselho de Relações Institucionais e Comunicação Social do TJ, desembargador Voltaire de Lima Moraes, quando o assunto é criação de cargos, há longo debate. 'Vários aspectos são analisados até a tomada final de decisão', diz o magistrado, ressaltando que o TJ pretende abrir concurso público para servidores. CORREIO DO POVO

[Mediação do TRT encerrou greve](#)

Uma reunião de mediação do Tribunal Regional do Trabalho pôs fim à greve iniciada dia 1º no canteiro de obras da Fase C da Usina de Candiota. Na principal discussão, houve acordo para ser feita perícia técnica para verificar a existência de insalubridade e/ou periculosidade nas atividades dos trabalhadores. Na manhã desta segunda-feira haverá assembléia para a homologação do acordo. CORREIO DO PVOO

[Galeão e Viracopos passam ao setor privado em 2009](#)

São Paulo — Os aeroportos de Viracopos, em Campinas (SP), e do Galeão, no Rio, já deverão passar à administração privada em 2009, afirmou ontem o ministro da Defesa, Nelson Jobim. 'Esperamos que no ano que vem a gente tenha condições de lançar o edital', disse o ministro durante visita ao porta-aviões São Paulo. Jobim prometeu ainda que o novo aeroporto a ser construído em São Paulo também será operado pelo setor privado.

A escolha de iniciar a privatização dos aeroportos por Viracopos e o Galeão foi motivada pela necessidade de desafogar o tráfego aéreo em Guarulhos e Congonhas, em São Paulo. Além disso, há a necessidade de ampliar as instalações da pista carioca para a Copa do Mundo de 2014 e para a Olimpíada de 2016, que tem a capital fluminense como uma das candidatas à sede. Ele adiantou que o governo contará com a ajuda da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na elaboração do modelo de concessão. Anac e BNDES vão auxiliar igualmente na criação de uma política de aproveitamento dos funcionários da Infraero, estatal que administra os aeroportos nacionais. O ministro enfatizou, ainda, que a concessão de aeroportos ao setor privado não invalida as intenções do governo de abrir o capital da Infraero. 'Temos que remodelar a Infraero', disse.

No Rio, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, revelou que o banco vai trabalhar na modelagem de privatização dos dois aeroportos. Segundo ele, dada a complexidade do estudo, a análise só deverá estar concluída ao final do primeiro trimestre de 2009. 'Será uma modelagem complexa e, por isso, vai consumir algum tempo', disse. O BNDES também poderá criar linhas de financiamento a interessados na administração dos aeroportos. 'Nós podemos ajudar dentro da missão do BNDES, que é de contribuir para o desenvolvimento da infra-estrutura do país', observou Coutinho. CORREIO DO POVO

[Mau tempo adia a Marcha e o Grito](#)

O mau tempo levou ao adiamento para 16 de outubro das manifestações de rua da 13ª Marcha dos Sem-Terra e do 14º Grito dos Excluídos de 2008, agendadas para ontem, na Capital. A Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul e a Coordenação dos Movimentos Sociais aproveitaram a mobilização de entidades para realizar plenária no Sindicato dos Metalúrgicos. Participaram do evento o presidente da CUT nacional, Artur Henrique da Silva Santos, representantes do MST e estudantes, entre outros. Foi apontada a necessidade de melhorias nas áreas de saúde, segurança, educação e saneamento, e de criação de frentes de trabalho. Segundo o presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski, na região de Porto Alegre há mais de 200 mil desempregados. Para Santos, o combate à exclusão depende da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem diminuição de salário, do fim do fator previdenciário e da aceleração da reforma agrária. CORREIO DO POVO

[Metalúrgicos do ABC aceitam reajuste](#)

Aumento real de salário nas montadoras será de 3,6%

DA REPORTAGEM LOCAL

Os metalúrgicos do ABC aceitaram ontem a proposta das montadoras. Juntos, eles representam metade dos 105 mil metalúrgicos da região. O reajuste será de 3,6% acima do INPC de 7,15% acumulado nos últimos 12 meses até agosto.

Eles também terão abono de R\$ 1.450 e o piso passa para R\$ 1.250 -aumento de 12,6%. Salários acima de R\$ 7.500 serão corrigidos apenas pelo INPC, com acréscimo de R\$ 289,30.

"É o maior índice de correção do país", diz Sérgio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, um dos responsáveis pela negociação. "As mobilizações em algumas fábricas e a ameaça de greve geral ajudaram a fechar o acordo."

Entre 2002 e 2007, o aumento real nas montadoras foi de 16,49%. O recorde ocorreu em 2004, quando a correção foi de 4,4% acima da inflação.

Durante a votação da proposta, ontem, diante da sede do sindicato, em São Bernardo do Campo, Nobre disse que um dos argumentos usados pelos sindicalistas em favor do reajuste de 3,6% foram os recordes de venda das montadoras.

"Boa parte desse desempenho aconteceu por causa dos ganhos salariais dos trabalhadores nos últimos anos," disse Nobre. "Foi por isso, e também por causa dos financiamentos, que o trabalhador virou cliente das próprias montadoras."

Segundo a Anfavea -a associação das montadoras-, em julho foram fabricados 320 mil veículos, uma alta de 32,6%, e 288 mil foram vendidos no mercado interno, que registrou crescimento de 12,6%.

O reajuste nas montadoras agora servirá de base para as demais categorias, que continuam em estado de greve.

Amanhã, às 11h, o setor de autopeças, que representa 30% dos metalúrgicos da região, aguarda a proposta das empresas. Pode haver greve, caso elas não apresentem uma oferta de reajuste salarial real de, pelo menos, 2,5%. FOLHA DE SP

Eletricitários ameaçam parar, querem aumento real e estabilidade de 3 anos

Os 900 eletricitários da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) decidiram ontem deflagrar greve por tempo indeterminado a partir da próxima segunda-feira (8), informou o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Carlos Reis.

Em rodada com os dirigentes da estatal e com a Sabesp - que negocia a fusão com a Emae - os eletricitários pediram reposição da inflação e abriram mão de ganhos reais em troca de estabilidade no emprego por três anos, à semelhança de acordo fechado com a Cesp.

A Sabesp ofereceu um ano de estabilidade, proposta recusada pelos trabalhadores. "Já houve tentativa de conciliação no TRT, mas as empresas estão muito duras na negociação", afirmou Reis. SITE DO DIAP

[PR: metalúrgicos da Renault/Nissan aceitam nova proposta e encerram greve.](#)

[Volks não melhora oferta, paralisação continua](#)

Montadora alemã é a única a ainda continuar parada. Greve na empresa completa hoje (5), cinco dias

Aos poucos, a greve dos metalúrgicos das montadoras da Grande Curitiba vai acabando, e as conquistas, aparecendo. Hoje (5), foi a vez dos trabalhadores da Renault/Nissan aprovarem a proposta apresentada pela empresa na noite de ontem e encerrar a paralisação iniciada na última segunda-feira (1º).

Em assembléia, os cerca de 4 mil funcionários da fábrica aceitaram a oferta da empresa de 2,5% de aumento real e reposição integral da inflação acumulada nos últimos doze meses (estimada pelo Dieese em 7,6%), totalizando cerca de 10,1% de reajuste no salário, aplicados já no mês de setembro. Além disso, haverá um abono dividido em

duas partes: R\$ 1,5 mil a ser pago na próxima segunda-feira (8), e outra de R\$ 100 para o próximo dia 19.

Ficou decidido também que os quatro dias de greve não serão descontados do salário, mas sim, do banco de horas dos trabalhadores. A negociação avançou bastante em relação à primeira proposta, que era de apenas 0,5% de aumento real e mais a inflação do período, sem abono.

Já na Volkswagen, a situação permanece a mesma, ou seja, a greve continua por tempo indeterminado. Isso porque a empresa não apresentou nenhuma nova proposta aos trabalhadores. A montadora alemã tinha agendado uma reunião para o início da tarde de ontem com diretores do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), mas simplesmente não apareceu.

Com isso, a paralisação entra hoje em seu quinto dia. Uma nova assembléia está marcada para a manhã de segunda-feira (8), às 5h30. Se até lá a empresa não melhorar sua oferta, a tendência é de que a greve continue.

A proposta atual da Volks, rejeitada em assembléia pelos metalúrgicos, é a seguinte: 2,5% de aumento real e os 7,6% referentes à correção da inflação para serem aplicados em novembro, além de um abono de R\$ 1,5 mil para setembro. Com os cinco dias de greve, os prejuízos da Volks aumentam cada vez mais. Cerca de 4,2 mil veículos deixaram de ser fabricados nesse período. SITE DO DIAP

Terceirizada ganha os mesmos direitos dos efetivos na Justiça

A Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu decisão que reconheceu a uma empregada contratada pela Probank Ltda. para prestar serviços à Caixa Econômica Federal o direito às mesmas verbas trabalhistas, legais e normativas concedidas à categoria dos bancários, uma vez que ela cumpria função idêntica na tomadora.

A empregada foi contratada como digitadora em fevereiro de 2001. Em março de 2002, a Probank alterou a função para auxiliar de processamento. Ela, contudo, alegou jamais ter desempenhado essas atividades, pois trabalhava no setor de compensação de cheques, onde fazia também a coleta de envelopes, abertura de malotes, conferência, tratamento de documentos e retaguarda de entrada de dados na CEF e atividades de caixa. Embora exercesse atividades típicas de bancários, recebia salário inferior e cumpria jornada superior sem receber horas extras nem os reajustes concedidos pelos acordos coletivos da categoria.

Indenização

Ajuizou ação na Terceira Vara do Trabalho de Goiânia, e a sentença foi favorável em parte a suas pretensões. O juiz condenou a Probank e a CEF (esta de forma subsidiária) a pagar-lhe diferenças salariais decorrentes do exercício de trabalho bancário e reflexos, gratificação de caixa, auxílio cesta-alimentação, adicional noturno e reflexos em FGTS, férias e 13º salário.

A decisão, mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), foi reformada pela Sétima Turma do TST, que retirou da condenação o pagamento das diferenças decorrentes da isonomia salarial, em virtude de não ter sido reconhecida a existência de vínculo de emprego diretamente com a CEF.

Princípio da Igualdade

Ao analisar os embargos da empregada, o relator, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, observou ser pacífico na SDI-1 o entendimento de que a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não pode gerar vínculo de emprego com os

órgãos da administração pública direta, indireta e fundacionais, pois esses empregos têm de ser preenchidos por meio de concurso público.

Mas essa impossibilidade não afasta o direito do trabalhador terceirizado às mesmas verbas asseguradas aos da tomadora dos serviços, em face do princípio da igualdade. (Fonte: TST)

Em 13 anos, foram libertados 30.687 trabalhadores em 2 mil fazendas

Foram exatamente 30.687 trabalhadores resgatados no Brasil por estarem submetidos a condições de trabalho análogas às de escravo, de 1995 a fins de agosto deste ano, em 2.012 fazendas. Somente este ano, o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego libertou 2.920 pessoas. No período, pagouse R\$ 44 milhões de indenizações trabalhistas. Segundo Marcelo Campos, coordenador do grupo, tradicionalmente o setor agropecuário desponta com grande número de libertações: — Este ano, diante do avanço do etanol e da importância que o combustível tomou no Brasil e no mundo, resolvemos fazer uma ação planejada de fiscalização. Quando um setor econômico cresce muito rápido pode ter baixa preocupação com o trabalhador. A reportagem é de Cássia Almeida e publicada pelo jornal O Globo, 07-09-2008. Segundo Campos, foram criados dois grupos especiais que estão rodando todos os estados do Nordeste e do Centro-Sul.

Pelo histórico das fiscalizações, o número maior de libertados está no setor sucroalcooleiro, diante da intensidade do uso da mão-de-obra:

— Não menos preocupante são os setores de carvoarias e de desmate. São muitas fazendas, poucos trabalhadores, mas a situação é a mesma.

Na última atualização da lista suja de trabalho escravo, 43 empresas fizeram a lista crescer para 212 empregadores. Nove conseguiram ser excluídas, depois de pagarem todas as indenizações e resolverem as pendências trabalhistas. Segundo Andréa Bolzon, coordenadora do Programa de Combate Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a variação na lista é comum:

— É uma oscilação normal. A questão da cana apareceu mais no ano passado. Dos 6 mil resgatados, 3 mil vieram da cana. Mas há um caráter mais endêmico no desmate para preparação da terra.

No Pará, 221 pessoas denunciadas criminalmente Somente em 2006, foi decidida a competência da Justiça Federal em julgar criminosos por manter trabalhadores em situação análoga à de escravo. No Pará, onde houve mais de 10 mil libertações de 95 a 2008, um terço do total, há 221 réus já denunciados desde 2007. Somente este ano foram 68 pessoas.

— Mas as condenações ainda são convertidas em cestas básicas. São mais de cinco mil libertados e ninguém é condenado — reclama Andréa.

No Rio de Janeiro, há dois aliciadores presos por trazer trabalhadores adolescentes da Paraíba para venderem rede e mantê-los em alojamentos precários e presos a dívidas, sem condições de voltar à terra natal. Manoel Trigueiro dos Santos Filho foi condenado a oito anos e nove meses de prisão e está preso desde outubro do ano passado. Em abril, José Gomes dos Santos Neto foi condenado pelo mesmo crime.

No Pará, o caso mais emblemático foi a prisão de um dos maiores fazendeiros da região. Gilberto Andrade foi condenado em maio deste ano a 14 anos de prisão, pelo crimes de trabalho, ocultação de cadáver (vários corpos foram encontrados na fazenda) e aliciamento de trabalhadores. Ele chegou a torturar um empregado com ferro de marcar gado.

Segundo o coordenador de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Ratier Moreno, foram ajuizadas, somente em 2007, 70 ações civis públicas para obter indenizações dos empregadores acusados de trabalho escravo. — Tivemos um caso que o fazendeiro é um médico do trabalho.

Trabalho escravo. A razão principal é o lucro
Depois de passar 20 anos na Pastoral da Terra, no Pará, recebendo trabalhadores fugitivos, o padre Ricardo Rezende veio para o Rio e criou o primeiro núcleo de estudos sobre o trabalho escravo em universidades no país, na UFRJ. Para o antropólogo, os resgates são apenas a ponta do iceberg:

— Entrevistei um aliciador que teve cerca de 50 trabalhadores resgatados pelo grupo móvel. Ele disse que tinha mais de mil pessoas trabalhando no desmate no Pará. Os que são resgatados representam apenas a ponta do iceberg.

A entrevista é de Cássia Almeida e publicada pelo jornal O Globo, 07-09-2008.

Eis a entrevista.

Por que, em pleno século XXI, ainda há trabalho escravo no Brasil?

A razão principal é o lucro. Mesmo se for flagrado pela fiscalização, o que pagará de multas e indenizações ainda é pouco frente à economia de não pagar pelo trabalho. Essa situação existe no mundo todo e normalmente atinge o migrante. No Brasil, isso também acontece, são pessoas de fora da região que são aliciadas. Primeiro há a prisão da alma, quando o outro é convencido de que está devendo ao patrão. O outro mecanismo é a distância. Separa a pessoa da família e da rede de proteção local. Mas agora há as indenizações conseguidas na Justiça pelo Ministério Público do Trabalho...

A eficiência da fiscalização e a eficácia das ações judiciais têm melhorado essa situação. Mas os que são resgatados ainda são poucos perto do que existe. Entrevistei um gato (aliciador) que teve 50 homens resgatados, mas tinha 1.200 trabalhando. Outro gato tinha a mesma quantidade. Essas coisas acontecem no meio da floresta.

Só é possível achar essas pessoas com helicópteros. Os que são resgatados são apenas a ponta do iceberg. Mas não existe uma estimativa segura de quantos trabalhadores estão vivendo nessa situação no Brasil.

Qual o perfil desse trabalhador escravo?

Tem baixa profissionalização e pouca escolaridade, ou nenhuma. São jovens, por volta dos 30 anos, homens e ainda há trabalho infantil. São aliciados em bolsões de miséria e de desemprego.

Ainda tramita no Congresso o projeto de emenda constitucional (PEC) que desapropria fazendas onde foi flagrado trabalho escravo. É um projeto emperrado?

A PEC é muito importante. Porém, o mais importante é conseguir prender esses fazendeiros. Apesar de ser considerado crime, nos casos de condenação, a Justiça tem optado por penas alternativas, como distribuição de cestas básicas.

[No ABC paulista, metalúrgico tem reajuste de 11%](#)

Os metalúrgicos da região do ABC paulista decidiram ontem aceitar a proposta das montadoras de reajuste salarial de 11,01%, sendo 7,15% referente à inflação acumulada pelo INPC e 3,6% de aumento real. Além do reajuste, ficou acertada a elevação do piso da categoria em 12,6%, passando para R\$ 1.250, e pagamento de um abono de R\$ 1.450. O aumento, que suspendeu a greve marcada para segunda-feira, beneficia cerca de 55 mil trabalhadores das cidades do ABC, Taubaté, São Carlos e Tatuí (todos ligados a

CUT), e será aplicado a salários até R\$ 7.500. Acima desse valor, serão incorporados os 7,15% da inflação acumulada, mais a parcela fixa de R\$ 289,30.

A notícia é de Lino Rodrigues e publicada pelo jornal O Globo, 07-09-2008.

A proposta, aprovada por mais de 4 mil metalúrgicos em assembléia em São Bernardo do Campo, foi fechada em reunião entre sindicalistas e o Sinfavea, sindicato das indústrias de veículos, que começou na tarde de sexta-feira e só terminou às 4h30m de ontem. O aumento real de 3,6% é o maior já obtido por uma categoria de trabalhadores nos últimos anos, superando os 2,5% da campanha do ano passado. Foi maior também que o concedido na semana passada aos trabalhadores nas montadoras do Paraná, de 10%, sendo 2,5% real.

Com o abono no salário, reposição real vai atingir 5% Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, o percentual alto de aumento real representa uma vitória dos trabalhadores, depois da dura negociação com as empresas ao longo da última semana. A expansão das vendas de automóveis em 2007 e o momento “exuberante da indústria automobilística”, na visão de Nobre, deram condições às montadoras para oferecer um aumento salarial maior.

— Com o abono, a reposição real chegará a 5%. Isso é também reflexo da organização dos metalúrgicos, que fizeram mobilizações e paralisações nas empresas ao longo da semana — disse Nobre, referindo-se às paradas de até duas horas das fábricas de Volks, Ford e MercedesBenz, no ABC, e indústrias de autopeças de Diadema.

O percentual obtido pelos metalúrgicos do ABC deverá servir de parâmetro para as negociações de outros trabalhadores com data-base até o fim do ano — caso de bancários, petroleiros e metalúrgicos ligados à Força Sindical, que pedem 20% de reajuste.

Participaram da negociação dos metalúrgicos com o Sinfavea, além de sindicalistas do ABC, os de Taubaté, São Carlos e Tatuí, que fazem assembléia hoje para formalizar a aprovação do reajuste. A proposta foi aceita ainda pelos trabalhadores das áreas de metais não-ferrosos, balanças e laminação.

Servidores do Judiciário levam pleitos para ALE-RR

Uma comissão de servidores do Tribunal de Justiça de Roraima esteve na manhã desta sexta-feira, 05, na Assembléia Legislativa de Roraima (ALE-RR), conversando com os deputados estaduais Chico Guerra (PSDB), Mecias de Jesus (PR) e Ionilson Sampaio (PMDB) para apresentar pleitos da categoria, que entra para o 20º dia de greve.

Os servidores reivindicam, entre outros pontos, o retorno às 6h de trabalho corridas em sistema de rodízio; gratificação de atividades judiciais de 20% para todos os servidores; horas extras e plantões judiciais; a manutenção do Centro de Qualificação e Treinamento de Profissionais do Judiciário; e o cumprimento da lei 041/08.

Estiveram reunidos com os deputados, os servidores Eliana Palermo, Jonathas Apolônio, Eunice Moreira e Erasmo Silvestre. Eles apresentaram a pauta de reivindicação, o parecer do Departamento Financeiro do TJ e um Plano de Cargos e Salários de outro Tribunal. A intenção era fornecer dados aos deputados para que tenham visão total da situação.

A vice-presidente do Sintjurr (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário), Eunice Machado, acredita na solução do impasse. "Agradecemos a compreensão de autoridades, como governador, Defensoria Pública, Ministério Público, e agora a Assembléia, que estão preocupados com o movimento e têm o interesse de acabar com esse impasse, que só quem perde é a população", disse a sindicalista.

Preocupados

Os parlamentares se mostraram preocupados com a paralisação. Mesmo havendo

autonomia plena do TJ-RR, o deputado Chico Guerra, disse que como representante de todos os seguimentos sociais, fará o possível para colaborar para o entendimento entre Tribunal de Justiça e servidores.

O presidente da ALE-RR, Mecias de Jesus, que também ressaltou a autonomia dos três poderes, disse que o primeiro passo para chegar a um entendimento é o diálogo. Na função de parlamentar, vai colaborar para que as negociações aconteçam o mais rápido possível.

Consenso

O deputado Ionilson Sampaio torce para que o quanto antes, a direção do Tribunal e os servidores cheguem a um consenso, pois acredita que nenhuma das partes e nem a população deseje que o Judiciário permaneça em greve.

[Funcionários dos Correios podem parar atividades no Brasil](#)

Data: 05/09/2008

Cerca de 850 funcionários dos Correios vão decidir ainda esta semana se paralisam as atividades. A afirmação é do presidente do SINTECT - Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos, Orlando Sérgio Santos Lima. No dia de hoje o assessor jurídico deve ir a Brasília para se reunir com a diretoria de outros Estados para definir se paralisam as atividades. Como nas outras greves, o movimento deve ser nacional, ficarão afastados dos serviços carteiros atendentes comerciais, operadores de triagem, assistentes administrativos e outros. Ainda de acordo com o sindicalista, 30% do efetivo devem ser mantidos.

As reivindicações da categoria é o cumprimento do Plano de Cargos, Carreira e Salários que deveria ter entrado em vigor no último dia 1º de Agosto, conforme prometido pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. "O Presidente da República já assinou que iria atender essa reivindicação nacional da categoria, mas até agora não cumpriu. Por esse motivo, vamos definir com a diretoria nacional se entraremos em greve por tempo indeterminado. Em todo o Brasil, existem 110 mil funcionários trabalhando nos Correios. Em Sergipe, o número de trabalhadores é de 850.

Acreditamos em uma adesão de cerca de 90% do efetivo", destacou. CORREIO DE SERGIPE

[Funcionários dos Correios devem deflagrar nova greve em assembléia hoje](#)

POSTADO ÀS 11:27 EM 04 DE DE 2008

Os rumos da campanha salarial dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos serão discutido em uma Plenária Nacional nos dias 5 e 6 de setembro.

Ecetistas de todo o país se reunirão para decidir os rumos da campanha e colocar a necessidade de unificar esta luta com a discussão do Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS).

Após mais de quarenta dias de iniciada os funcionários dizem que não houve nenhum acordo junto à ECT e Governo Federal, comprovado em reunião no dia 2, onde a ECT reafirmou sua proposta.

“A empresa não se dispõe a discutir o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e pretende implantar o cargo amplo aos trabalhadores, que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Pernambuco (SINTECT-PE), retira direitos e é o início de privatização da empresa”, reclamam.

A campanha continua, com estado de greve decretado nas assembléias que ocorreram em vários estados nacionalmente, a exemplo de Pernambuco, em cuja votação foi unânime.

Se a empresa se negar a atender as reivindicações da categoria, a previsão dos trabalhadores é iniciar paralisação a partir do dia 16 deste mês.

Além de exigir negociação do PCCS e avançar nas conquistas para os setores não contemplados na última Greve, a categoria reivindica: 44,81% de reajuste referente à perda salarial do período do plano real; aumento real de R\$ 200,00 linear para toda categoria; gatilho salarial toda vez que a inflação atingir 3%; piso Salarial de R\$ 1.190,00; contratação de funcionários; licença maternidade de 6 meses; reintegração dos demitidos; adicional para os operadores de triagem e transbordo (OTT's), não contemplados pela empresa na última greve.

[Policiais civis e governo não chegam a acordo na Justiça](#)

A audiência realizada pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região (São Paulo), nesta sexta-feira (5/9), não conseguiu por fim ao impasse entre Governo do Estado e representantes da Polícia Civil de São Paulo, que reclamam aumento salarial. Estiveram representadas na reunião conduzida pela juíza Dora Vaz Treviño 17 entidades da categoria que pedem reajustes, que, no total, chegam R\$ 3 bilhões. De acordo com Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, o governo ofereceu um pacote que soma R\$ 500 milhões a serem divididos em 2009 entre os 222 mil policiais civis do Estado. Última instância

[Hospital é proibido de terceirizar contratação de médicos](#)

A Justiça proibiu o hospital Alzira Vargas do Amaral Peixoto (Casa da Providência), mantido pela Associação São Vicente de Paulo, de Petrópolis, de contratar médicos através de empresas terceirizadas ou como autônomos. Para o procurador Cássio Casagrande, autor da ação, ficou demonstrado em procedimento investigatório que o hospital contrata médicos plantonistas sem vínculo empregatício, conforme informações do Jornal do Brasil.

[Ipiranga se prepara para operar com capacidade plena](#)

Novas frentes de produção devem conter a crise instalada em 2005

A Refinaria de Petróleo Ipiranga vai buscar alternativas para contornar a crise que enfrenta desde 2005, em Rio Grande, no sul do Estado.

Em pelo menos dois meses, a empresa estará operando com toda a capacidade na produção de asfalto, óleo bunker (combustível para navios), solventes, nafta e diesel – além de manter suas atividades em refino de petróleo, petroquímica, fertilizantes, pescados e hotelaria que já atua.

Esta é a aposta da nova diretora-superintendente, Margareth Feijó Brunnet, 50 anos, que assumiu o cargo na tarde de ontem. – Minha missão é dar continuidade operacional à Ipiranga, buscando para a empresa um futuro sustentável – comentou.

Engenheira química, Margareth é a segunda mulher a assumir o comando da refinaria. Ela substituiu a Elizabeth Tellechea, no cargo desde 2000 – mesmo depois da venda do grupo Ipiranga à Ultra, Braskem e Petrobras, no ano passado. ZERO HORA

PETROQUÍMICA

[Ipiranga deve virar “butique” da Petrobras](#)

Para reverter o prejuízo, um pacote de mudanças está em gestação na Refinaria Ipiranga, em Rio Grande. Até o início de novembro, os novos controladores da unidade – Petrobras, Ultra e Braskem – vão anunciar um novo plano de negócios para a refinaria, que deverá direcionar as atividades na produção de petroquímicos de alta rentabilidade, como matéria-prima para a indústria de plásticos e asfalto.

De acordo com José Augusto de Góis, assessor da presidência da Petrobras, que esteve ontem em Porto Alegre para participar de uma audiência pública na Assembléia Legislativa sobre o futuro da refinaria, a estatal tem interesse em retomar a produção total. Com 71 anos, a Refinaria Ipiranga fazia parte do Grupo Ipiranga, vendido em 2007 para o consórcio formado por Petrobras, Ultra e Braskem, e vem apresentando dificuldades nos últimos anos por conta da alta do barril do petróleo.

A unidade de Rio Grande era a única refinaria 100% privada até a venda do grupo gaúcho, condição que obrigava à compra de petróleo a preços de mercado. As refinarias da Petrobras têm contratos privilegiados para aquisição de matéria-prima. Na audiência pública, Góis ouviu a sugestão de “estatização” da refinaria, hoje repartida em três partes iguais pelos sócios.– É precipitado falar em estatização ainda. O fundamental é garantir a operação. A idéia é transformar a refinaria em uma boutique de produtos Petrobras – disse Góis.

Segundo a diretora-superintendente da Ipiranga, Margareth Brunnet, a primeira providência para retomar as atividades será produzir asfalto e, depois, óleo bunker (usado em navios), solventes, nafta e diesel. A dirigente vai apresentar um plano de negócios a parlamentares e sindicalistas no dia 3 de novembro. ZERO HORA

[Petroleiros de Rio Grande querem estatizar Ipiranga](#)

Os petroleiros de Rio Grande querem a estatização da Refinaria Ipiranga. O prejuízo no primeiro semestre de R\$ 12 milhões praticamente inviabiliza o lucro em 2008. A proposta de estatização ocorreu ontem em reunião na Assembléia Legislativa com os trabalhadores, a direção da empresa, o prefeito de Rio Grande, Janir Branco, e parlamentares. O senador Paulo Paim se comprometeu a intermediar, em Brasília, a negociação com os órgãos envolvidos. A intenção é agendar reunião com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. O deputado Sandro Boka ressaltou que salvar a refinaria Ipiranga, além de fator econômico é fator sentimental para os habitantes de Rio Grande.

Para o presidente do Sindicato dos Petroleiros da cidade, José Marcos Olioni, a alternativa para que a Ipiranga mantenha o funcionamento é a Petrobras assumir a integralidade dos ativos e a administração da planta industrial. 'Nos últimos 36 meses ocorreram 200 rescisões de contratos, não há investimentos', salientou Olioni. A nova diretora-superintendente da companhia, Margareth Feijó Brunnet, que assumiu na última sexta-feira, demonstrou otimismo. 'Estou otimista e realista de que temos condições de alcançar resultados', enfatizou.

[Governo acerta um novo projeto salarial para o Judiciário](#)

Até o dia 20 de setembro próximo, o Judiciário terá pronto um novo projeto de lei referente ao reenquadramento dos seus servidores e da ampliação de sua estrutura. E terá a cooperação do Executivo para elaborar esse projeto. O texto manterá as diretrizes do projeto de lei complementar 008/08, que foi vetado ontem pela governadora Wilma de Faria. De diferente, haverá a inclusão de um estudo mostrando como os custos das mudanças serão implantadas e mantidas.

Tudo isso ficou definido ontem numa reunião entre representantes do Executivo e do Judiciário, onde estiveram presentes o presidente do TJ, desembargador Oswaldo Cruz e

a governadora Wilma de Faria. Também ficou acertado que a implantação das mudanças no TJ será feita agora de forma gradativa. A primeira reunião para definir esse novo projeto será feita segunda-feira, às 10h. Também há o compromisso do Governo de — após a elaboração conjunta — ter o apoio de sua base na Assembléia Legislativa para dar celeridade à votação do projeto.

O secretário de Planejamento do Estado, Vagner Araújo, explicou que na reunião de ontem foi demonstrado por parte do Governo que se o projeto que ‘Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário’ fosse implantado de uma vez só, como estava previsto, o Rio Grande do Norte ultrapassaria os 60% de gastos com pessoal, limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Vagner Araújo observou que realmente há a independência entre os Poderes, mas que o Rio Grande do Norte faz parte do programa de Ajuste Fiscal do Governo Federal que o obriga a cuidar da obediência a esse limite de maneira conjunta. “Não temos margem para absorver de uma vez”, afirmou.

Ele informou que na reunião de ontem foi repassado ao Governo pelo setor de finanças do Judiciário que a implantação do projeto que foi vetado teria um impacto de R\$ 60 milhões (ano). Agora, com a elaboração conjunta do novo projeto, esse impacto será absorvido gradativamente porque as alterações previstas no projeto serão implantadas em parte. Já na nova proposta do projeto será especificado o que vai ser implantado primeiro e o que ficará para depois.

Vagner Araújo acrescentou ainda que na reunião os representantes do Executivo e do Judiciário se preocuparam em manter a harmonia entre os dois poderes, daí a solução encontrada. Segundo ele foi demonstrado aos desembargadores presentes que durante o Governo Wilma de Faria está sendo promovida a valorização do Judiciário. Segundo ele, nos últimos anos, a participação do Judiciário no orçamento do Estado quadruplicou e a elevação do orçamento do poder chega a 407%. Ao sair da reunião, o ex-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Amaury de Moura Sobrinho confirmou que o clima de harmonia entre os poderes predominou no encontro para discutir o projeto. Gratificação será discutida judicialmente

Duas questões polêmicas envolvendo o Judiciário e o Executivo não foram enfrentadas na reunião de ontem. A primeira diz respeito à constitucionalidade ou não do projeto do Tribunal de Justiça. Como encontrou-se uma solução para negociar uma nova proposta, o TJ mantém que o projeto é constitucional mas não insistiu nessa discussão. Entendeu que a decisão, na verdade, foi matemática. E o Governo, como conseguiu evitar o impacto total, também não fez questão de falar mais no assunto.

A outra questão é a das gratificações de 100% para os técnicos de nível superior, problema para o Governo, que recorreu ao Superior Tribunal de Justiça pedindo o fim da concessão dessas gratificações. O TJ defende a concessão e tem até decisão do pleno favorável. O Governo é contra(agora) porque acredita que essa gratificação foi extinta. Ontem ficou acertado que esse assunto permanecerá sendo debatido na seara judicial. Próxima semana deve sair a decisão do STJ.

[O presidente do Sindicato dos Servidores, Domingos Sávio Bezerra, esteve ontem na TRIBUNA DO NORTE.](#) Ele preferiu não opinar sobre a solução encontrada com relação ao projeto que dispõe sobre o reenquadramento no Judiciário, alegando que era melhor esperar para conhecer como isso será feito. O presidente explicou que a situação continuasse sem qualquer solução, o Sindicato iria se mobilizar para defender dentro da Assembléia Legislativa a derrubada do veto da governadora.

Domingos Sávio explicou que no entendimento do Sisjern o projeto não era inconstitucional, como afirmou o Governo do Estado. Na opinião do Sindicato, também não é correto que não há dotação orçamentária para a implantação das mudanças.

Quanto a isso, o próprio presidente do TJ-RN, desembargador Oswaldo Cruz, assegurou que nunca enviaria um projeto do tipo de não houvesse recursos para implantá-lo.

Bate Papo

Amaury Moura - Desembargador

Depois da reunião entre representantes dos poderes Executivo e Judiciário, o desembargador Amaury de Souza Moura Sobrinho foi designado para apresentar os resultados da reunião. O desembargador informou como se deu o encontro de ontem e ressaltou que permaneceu o interesse na harmonia entre os dois poderes.

Amaury Sobrinho disse também que não se discutiu se o projeto vetado é inconstitucional ou não. O Tribunal de Justiça avalia que não. O Executivo disse que sim.

Independente disso, um novo projeto será preparado em conjunto, pelos dois poderes, até dia 20 próximo.

A que entendimento o Judiciário e o Executivo chegaram?

Essas questões institucionais passam por discussões, no sentido de se procurar um denominador comum. Então, o nosso encontro foi bastante proveitoso. Discutimos mais amiúde as questões incluídas no projeto e ficamos acertados no sentido de dar continuidade desses estudos em busca de uma solução.

Mas há alguma indicação de solução para o impasse criado em torno do projeto de lei? Não. Há detalhes que precisam ser reavaliados.

Mas o veto do Executivo permanece?

O veto está consumado. Agora vamos ver a possibilidade de continuar com a discussão para chegar a um consenso que possa atender os interesses do Poder Judiciário sem conflitar com os interesses do Estado.

Como será feito isso?

A partir deste projeto, vamos estudá-lo. Até o dia 20 já estaremos com o novo projeto pronto. Eu não diria um novo projeto, mas já colocaremos no papel aquilo que for objeto de um consenso.

E o governo do Estado se comprometeu em sancionar o projeto?

O que ficou acertado na reunião foi isso: que se fizesse um estudo no sentido de que esse estudo refletisse o consenso. O nosso objetivo é que se chegue a um consenso.

As gratificações de 100% para técnicos de nível superior foi um assunto discutido na reunião com a governadora Wilma de Faria?

Não. Isso é uma questão jurídica que só nesse campo deve ser discutida. Aqui se discutiu todo um contexto, porque o projeto não visa só o reenquadramento. O projeto tem uma amplitude maior. E pretende atender as necessidades de crescimento do Poder Judiciário devido ao seu crescimento cotidiano. Mas é isso que tem de ser feito. Não se discutiu pontualmente este ou aquele reenquadramento, nem muito menos essa questão que está sendo debatida o Judiciário e só nessa seara deve ser discutida.

TRIBUNA DO NORTE

[Judiciário gaúcho tem mais de 1,5 mil cargos vagos](#)

Defasagem prejudica o andamento das ações

Atualmente 1.632 cargos estão vagos na Justiça Estadual do Rio Grande do Sul. São servidores que se aposentaram ou se afastaram de suas atividades e não foram substituídos. São 1171 cargos nos fóruns e 345 no Tribunal de Justiça.

Além disso, faltam 116 magistrados, entre juizes e desembargadores. O Presidente do Conselho de Relações Institucionais do Tribunal de Justiça explica que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede o Poder Judiciário de aumentar o número de servidores, em razão do limite de gastos com pessoal.

Dados do Conselho Nacional de Justiça referentes a 2006 colocam o Rio Grande do Sul como o Estado que possui o maior número de novas ações por ano. No segundo grau, cada desembargador teve em média quase 3 mil processos para analisar. Em segundo lugar ficou o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a metade disso.

O presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul, Paulo Olímpio, diz que a categoria fica sobrecarregada em razão das ausências e do aumento da demanda de processos. DIÁRIO GAUCHO

Wilma veta reajuste do judiciário

Complementar nº 008/08, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do poder Judiciário. O projeto equipara profissionais de nível médio aos de nível superior, o que pode significar um aumento salarial de 100% para parte destes funcionários. O projeto é de autoria do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). A decisão pela manutenção ou derrubada do veto fica agora com a Assembléia Legislativa.

O projeto objetiva, além de modificar o Plano de Cargos dos servidores do poder Judiciário, incrementa a estrutura organizacional do mesmo e muda a composição de órgão do TJRN. O documento que expõe as razões do veto expressa que “o texto normativo se ressentia de inconstitucionalidades e contrariedades ao interesse público”. Em seu veto, a governadora argumenta que as remunerações só podem ser fixadas ou mudadas mediante a criação de uma lei específica, baseando-se no artigo 37 da Constituição Federal.

O veto também afirma que não existe no atual exercício orçamentário-financeiro, “a prévia dotação orçamentária capaz de suportar o impacto pecuniário” decorrente do aumento, em detrimento à Lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Outro motivo constatado pela Consultoria-Geral do Estado (CGE) é a falta de documentos exigidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). E alega ainda que o projeto de lei “regra assuntos já disciplinados por outros diplomas legislativos sem lhes fazer referência expressa, apresenta redação imprecisa (...) infringindo a Lei Complementar Federal nº 95/98”.

A procuradora Ana Cláudia Bulhões afirmou em sua solicitação que “o que tornava mais grave a equiparação servidores de nível médio e superior” era o fato de os profissionais de nível superior terem sido agraciados com uma gratificação de 100% sobre o seu salário em 1993. “Logo os profissionais de nível médio poderão pleitear esse benefício também, o que pode ser muito pior para as finanças públicas”.

Mesmo implantadas através de mandado de segurança, as gratificações não estão sendo pagas. Um levantamento será feito para saber quantas gratificações foram concedidas e o seu respectivo impacto na folha de pagamentos. A informação foi divulgada ontem pelo Diário de Natal pelo presidente do TJRN, Oswaldo Cruz.

Memória

O Diário de Natal publicou nesta terça-feira, com exclusividade, que a procuradora do Estado, Ana Cláudia Bulhões de Macedo, fez uma solicitação de providências ao Conselho Superior da Procuradoria do Estado alertando sobre o aumento dos servidores do Tribunal de Justiça. Ela falou que tal medida representava “um esvaziamento dos cofres do Estado”.

“Pelo motivo de não existir mais o cargo de ‘Técnico de Nível Superior’, o TJ/RN estaria obrigado, em atenção ao princípio da legalidade, a indeferir os pleitos nesse sentido, o que não tem ocorrido, absurdamente”, expôs na solicitação.

Ontem o jornal informou que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) encaminhou ao Supremo Tribunal de Justiça um pedido de suspensão de decisões do TJRN que

concedem gratificações de 100% do salário a mais de 300 servidores de nível superior do poder Judiciário.

Renato Lisboa e Viktor Vidal, Da equipe do Diário de Natal

[Sindijus-PR presente no Congresso dos servidores do Rio Grande do Sul](#)

Começa nesta sexta-feira, o III Congresso Estadual dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul (RS). Durante os três dias do encontro, que encerra no dia 7, os trabalhadores do judiciário estarão debatendo temas gerais de conjuntura nacional e de interesse específico da categoria. Representantes do Sindijus-PR participam das discussões.

As palestras terão os temas sobre “A relação do Judiciário com os movimentos sociais na consolidação da democracia” e “O papel do judiciário na implementação das ações afirmativas no Brasil”.

A programação terá continuidade com debates sobre o Plano de Cargos e Salários no Judiciário do RS. Fazem ainda parte da pauta do encontro, a ser debatido entre os servidores, o plano de lutas para a entidade e reforma estatutária. Campanha salarial, o plano de carreira, as práticas anti-sindicais do Tribunal de Justiça, a ampliação da jornada de trabalho também estão na pauta dos servidores.

Em nível estadual e nacional, os trabalhadores do judiciário precisam estar envolvidos em muitas outras lutas, como a postura do judiciário em relação aos movimentos sociais. O encontro trata, ainda, da saúde nos locais de trabalho, questão que diz respeito a todos os sindicatos do país. Os projetos que tramitam em nível de Congresso que dizem respeito ao judiciário como um todo, as convenções 151 e 158 da OIT, a PEC 190, são debates que acontecem no país todo e estão na pauta do III Conseju.

BOLETIM ELETRÔNICO DO SINDJUS PARANA

[CNJ inicia coleta de dados da segunda instância da Justiça](#)

Nesta segunda-feira (8/9), o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) começa a coletar os dados da segunda instância do Judiciário brasileiro. Assim, os desembargadores de todo o país começarão a cadastrar informações sobre as atividades dos tribunais de Justiça, tribunais regionais federais e tribunais regionais do trabalho.

A expectativa é que os dados iniciais estejam disponíveis para visualização em 30 dias. Os magistrados coletarão informações relativas ao volume de processos, número de sentenças, despachos, audiências marcadas e realizadas em cada unidade.

A coleta de dados faz parte do Justiça Aberta, sistema gerenciado pela corregedoria do CNJ e lançado em junho de 2008.

Existem hoje no país mais de 16 mil magistrados na Justiça federal e estadual. Nos tribunais de Justiça, há 1.401 desembargadores e 9.808 juízes de primeiro grau. Já nos tribunais regionais federais, são 136 desembargadores 731 juízes titulares e 598 substitutos. Os TRTs contam com 546 desembargadores, 1.337 juízes titulares e 1.451 substitutos.

O sistema, que deverá traçar uma radiografia do Judiciário, começou pela coleta de dados dos cartórios extrajudiciais e da primeira instância do Judiciário. De acordo com a última divulgação do CNJ, de 25 de junho de 2008, 72,32% dos dados dos órgãos jurisdicionais estavam cadastrados.

Mensalmente, são enviadas informações da produtividade dos magistrados em todo o país. Em junho, havia 43 milhões de processos em andamento na primeira instância da Justiça estadual.

Um dos objetivos do programa é descobrir os “juízes TQQ”, magistrados que não residem na comarca onde atuam e, portanto, só trabalham às terças, quartas e quintas-

feiras.

O CNJ conta também com um acompanhamento dos cartórios em todo o País. Estão cadastradas no Justiça Aberta 13.529 serventias extrajudiciais, das quais 12.601 com todos os dados dos formulários preenchidos (93,1%).

Dados

Informações até agora inéditas sobre a produtividade dos magistrados da Justiça estadual de primeira instância já estão disponíveis no [site](#) do CNJ. De acordo com os dados coletados, em todos Estados do Brasil foram proferidas mais de 747 mil decisões de primeira instância. Acre, Amazonas e Mato Grosso do Sul são os Estados com 100% de informações apuradas.

As sentenças com julgamento de mérito totalizaram 356,8 mil e foram 276,8 mil as sem julgamento de mérito. O relatório de cada Estado, que contabiliza os meses de maio e junho deste ano, apresenta ainda o número de audiências realizadas, a quantidade de denúncias e ações penais, despachos, sessões do júri, entre outras informações.

O sistema foi criado pela Corregedoria do CNJ, durante o mandato do ministro Cesar Asfor Rocha como corregedor nacional de Justiça. Nesta segunda-feira, Cesar Rocha, que assumiu a presidência do STJ (Superior Tribunal de Justiça), transmite o cargo ao ministro Gilson Dipp, também do STJ. Última instância

[Conselho divulgará desempenho de juizes](#)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começou a coletar ontem dados sobre o desempenho de desembargadores dos tribunais de todo o país. As informações sobre volume de processos, número de sentenças, despachos, audiências marcadas e realizadas por juizes de 1º e 2º grau deverão estar disponíveis para consulta no sistema Justiça Aberta em 30 dias. O objetivo é aperfeiçoar a prestação de serviço do Judiciário.